



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA**  
**DOUTORADO EM SAÚDE COLETIVA**

**KARLA JULIANNE NEGREIROS DE MATOS**

**VIOLÊNCIA IMPETRADA POR PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DAS  
ESCOLAS PÚBLICAS A ESTUDANTES**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2019**

KARLA JULIANNE NEGREIROS DE MATOS

VIOLÊNCIA IMPETRADA POR PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DAS  
ESCOLAS PÚBLICAS A ESTUDANTES

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Saúde Coletiva do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Saúde Coletiva. Área de Concentração: Saúde Coletiva

Orientadora: Profa. Dra. Ana Carina Stelko Pereira.

FORTALEZA – CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Matos, Karla Julianne Negreiros de .  
Violência impetrada por professores e  
funcionários das escolas públicas a estudantes  
[recurso eletrônico] / Karla Julianne Negreiros de  
Matos. - 2019.

1 CD-ROM: il.; 4 ⅝ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do  
trabalho acadêmico com 84 folhas, acondicionado em  
caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Tese (doutorado) Área de concentração: Saúde  
coletiva.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Carina Stelko Pereira.

1. Violência. 2. Maus-Tratos Infantis. 3.  
Educação. I. Título.

KARLA JULIANNE NEGREIROS DE MATOS

VIOLÊNCIA IMPETRADA POR PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DAS ESCOLAS  
PÚBLICAS A ESTUDANTES

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Saúde Coletiva do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Saúde Coletiva. Área de concentração: Saúde Coletiva.

Aprovada em: 26 de junho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

*Ana Carina Stelko Pereira*

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Ana Carina Stelko Pereira (Orientadora)

Universidade Estadual do Ceará – UECE

*Normanda Araujo de Moraes*

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Normanda Araujo de Moraes

Universidade de Fortaleza – UNIFOR

*Lidia Andrade Lourinho*

Profa. Dra. Lídia Andrade Lourinho

Universidade de Fortaleza – UNIFOR

*Maria Ivoneide Verissimo de Oliveira*

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Ivoneide Veríssimo de Oliveira

Universidade Federal do Ceará – UFC

*Antonio Rodrigues Ferreira Júnior*

Prof. Dr. Antonio Rodrigues Ferreira Júnior

Universidade Estadual do Ceará – UECE

*Gabriela Isabel Reyes Ormeno*

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Gabriela Isabel Reyes Ormeno

Universidade Federal do Paraná – UFPR

*Ruth Maria de Paula Gonçalves*

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Ruth Maria de Paula Gonçalves

Universidade Estadual do Ceará – UECE

Ao bem-estar da comunidade escolar que  
hoje é vítima da violência.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como doutoranda, mas em todos os momentos;

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional;

Obrigada meu irmão, cunhada e sobrinha, que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente!

A esta universidade, em especial ao PPSAC, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela em que hoje vislumbro um horizonte de muitas lutas e embates, em prol da causa da saúde coletiva que eu aprendi a amar nesse meio;

Agradeço aos colegas pesquisadores, Paula Gomide, Felipe Alkimin, Maria Flória e Mayta Lobo, que gentilmente e em nome do desenvolvimento da ciência colaboraram com esse projeto cedendo suas pesquisas;

Agradeço a minha querida amiga e orientadora Ana Carina por proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo da minha formação profissional, pelo tanto que se dedicou a mim, não somente por ter me ensinado, mas por ter me feito crescer e aprender;

Ao meu companheiro desta e de tantas outras aventuras Fábio, pelo permanente incentivo e preocupação com que sempre me acompanhou neste trabalho;

Agradeço ainda a paciência e amor demonstrados nos meus momentos menos bons;

O meu profundo e sentido agradecimento a todas as pessoas que contribuíram para a concretização desta dissertação, estimulando-me intelectual e emocionalmente.

"Que tempos são estes, em que temos  
que defender o óbvio?"

(Bertolt Brecht)

## RESUMO

A escola é percebida socialmente pela comunidade como uma das instituições responsáveis pela socialização, desenvolvimento cognitivo, físico e psicológico da criança e do adolescente. No ambiente escolar, os professores e funcionários exercem a principal missão, considerando-se ser os profissionais que têm o maior e mais intenso contato com crianças e adolescentes. Há poucos estudos científicos sobre a violência cometida a estudantes por funcionários e professores das escolas. Nesta tese, entende-se que este fenômeno se insere no conceito de maus-tratos infantis, em que um adulto que teria responsabilidade de cuidar comete agressões, mas também no conceito de violência escolar, sendo em parte resultado das interações que se estabelecem entre os diversos personagens escolares. Assim, essa tese elaborou três estudos sobre a violência cometida a alunos por funcionários de escola apoiada em diversas metodologias. Primeiro, foi desenvolvida uma revisão sistemática de literatura nacional e internacional sobre violência de professores e funcionários contra estudantes. Identificou-se que há um número reduzido de estudos desse tipo de violência, ocorrendo principalmente em países de médio e alto índice de desenvolvimento humano. O estudo empregou-se em sua maioria questionários para a coleta de dados, havendo 23 instrumentos, porém nenhum era específico para aferir violência por funcionário (VPF). O segundo estudo faz análises das características psicométricas de um instrumento que busca compor um escore quanto à violência cometida por professores e funcionários contra estudantes. Este estudo evidenciou três fatores: violência explícita, disfarçada por práticas escolares e negligência os quais explicaram 57,9% da variância, e notou-se uma consistência interna ótima 0.85 para cada um destes. E, por fim, foi desenvolvido um estudo de regressão logística que indicou que a violência por parte de funcionário é explicada pelos fatores Vitimização e Autoria (maiores níveis de vitimização e autoria implicam maior frequência de violência por parte do professor). Os resultados da tese evidenciaram que é essencial que a temática da VPF seja debatida entre profissionais de saúde, educação e sociedade, uma vez que é um fenômeno pouco reconhecido, pouco estudado, mas que ocorre, causa um impacto negativo de acordo com as vítimas e se associa ao importante problema do bullying.

**Palavras-chave:** Violência. Maus-Tratos Infantis. Educação.

## ABSTRACT

The school is socially perceived by the community as one of the institutions responsible for the socialization, cognitive, physical and psychological development of children and adolescents. In the school environment, teachers and staff perform the main mission, considering that they are the professionals who have the greatest and most intense contact with children and adolescents. There are few scientific studies on student violence by school staff and teachers. In this thesis, it is understood that this phenomenon is inserted in the concept of child maltreatment, in which an adult who would be responsible for children caring commits aggression, but also in the concept of school violence, being in part a result of the interactions established between the children with various school characters. Thus, this thesis elaborated three studies about the violence committed to students by school staff supported by several methodologies. First, a systematic review of national and international literature on teacher and staff violence against students was developed. It was identified that there are a small number of studies of this type of violence, occurring mainly in countries of medium and high index of human development. The study used mostly questionnaires for data collection, with 23 instruments, but none was specific to assess violence per employee (VPE). The second study analyzes the psychometric characteristics of an instrument that seeks to compose a score for the violence committed by teachers and staff against students. This study showed three factors: explicit violence, disguised by school practices and neglect, which explained 57.9% of the variance, and an optimal internal consistency of 0.85 was noted for each of these. Finally, a logistic regression study was developed that indicated that employee violence is explained by the factors Victimization and Authorship (higher levels of victimization and authorship imply greater frequency of violence by the teacher). The results of the thesis showed that it is essential that the issue of VPE be debated among health professionals, education and society, since it is a phenomenon little recognized, little studied, but that occurs, has a negative impact according to the victims and is associated with the important problem of bullying.

**Keywords:** Violence. Children Abuse. Education.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	17
2.1	GERAL.....	17
2.2	ESPECÍFICOS.....	17
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	18
3.1	NATUREZA DA PESQUISA.....	18
<b>3.1.1</b>	<b>População e Amostra</b> .....	19
<b>3.1.2</b>	<b>Instrumento de coleta de dados</b> .....	19
<b>3.1.3</b>	<b>Cuidados éticos</b> .....	20
<b>3.1.4</b>	<b>Procedimento para coleta de dados</b> .....	20
3.2	REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE VIOLÊNCIA COMETIDA POR FUNCIONÁRIOS A ALUNOS DE ESCOLAS.....	21
<b>3.2.1</b>	<b>Objetivo</b> .....	21
<b>3.2.2</b>	<b>Delineamento de pesquisa</b> .....	21
<b>3.2.3</b>	<b>Instrumento</b> .....	21
<b>3.2.4</b>	<b>Análise de dados</b> .....	22
3.3	ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA E CONFIRMATÓRIA DA ESCALA DE VITIMIZAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS A ALUNOS.....	22
<b>3.3.1</b>	<b>Objetivo</b> .....	22
<b>3.3.2</b>	<b>Delineamento do estudo</b> .....	23
<b>3.3.3</b>	<b>Instrumentos</b> .....	23
<b>3.3.4</b>	<b>Análise de dados</b> .....	24
3.4	VIOLÊNCIA COMETIDA POR FUNCIONÁRIOS A ESTUDANTES ESTÁ ASSOCIADO AO ENVOLVIMENTO DESTES EM BULLYING, COMPORTAMENTOS DE RISCO, GÊNERO E IDADE.....	24
<b>3.4.1</b>	<b>Objetivo</b> .....	24
<b>3.4.2</b>	<b>Delineamento de pesquisa</b> .....	24
<b>3.4.3</b>	<b>Instrumentos</b> .....	24
<b>3.4.4</b>	<b>Variáveis estudadas</b> .....	25
<b>3.4.5</b>	<b>Análise de dados</b> .....	25
<b>4</b>	<b>RESULTADOS</b> .....	27

4.1	ARTIGO 1 – REVISTA JORNAL DE PEDIATRIA - VITIMIZAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS A ALUNOS: VIOLÊNCIA EXPLÍCITA, DISFARÇADA POR PRÁTICAS ESCOLARES E NEGLIGÊNCIA.....	27
4.2	ARTIGO 2 – REVISTA JORNAL BRASILEIRO DE PSIQUIATRIA - VIOLÊNCIA COMETIDA POR PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS CONTRA ALUNOS: REVISÃO SISTEMÁTICA.....	38
4.3	ARTIGO 3 – REVISTA EDUCAR EM REVISTA - VIOLÊNCIA COMETIDA POR FUNCIONÁRIOS DE ESCOLA ASSOCIA-SE A BULLYING E COMPORTAMENTO DE RISCO DOS ESTUDANTES?.....	55
5	<b>CONSIDERAÇÕES GERAIS.....</b>	74
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	76
	<b>APÊNDICES.....</b>	78
	APÊNDICE A – Tabela de características gerais dos estudos revisados, organizados por ano de publicação.....	79
	APÊNDICE B – Tabela de descrição dos instrumentos de aferição de violência por funcionário da escola.....	82

## 1 INTRODUÇÃO

A Saúde Coletiva é um campo de conhecimento interdisciplinar, que engloba a epidemiologia, o planejamento/administração de saúde, o ensino em saúde, as ciências sociais e humanas voltadas para processos de adoecimento e estabelecimento e manutenção da saúde. Apesar do termo saúde coletiva não ter sido adotado em outros países, muitos autores percebem a Saúde Coletiva como parte de um movimento mais amplo que surgiu na América Latina, em paralelo aos processos democráticos (NUNES, 1994).

Esse campo baseia seus conhecimentos no diálogo entre pesquisadores, comunidades, profissionais da saúde, usuários de sistemas de saúde, etc. Como qualquer outro campo científico, é determinado social e historicamente. Assim, a saúde coletiva envolve um processo de diálogo e de negociação, no qual se imbricam práticas sociais (PAIM; FILHO, 1998). Ao mesmo tempo em que aglutina diversas áreas de conhecimento, a saúde coletiva apresenta tensões epistemológicas internas presentes ao campo:

“ser uma criação que transborda os limites disciplinares e que se apresenta na interface de áreas do conhecimento detentoras de especificidades teóricas e conceituais” (NUNES, 1994, p. 14).

A saúde coletiva não singulariza os problemas de saúde como questões a serem tratadas por um aspecto individualista, busca entender estes problemas no âmbito do coletivo, das condições de vida da população e dos processos sociais que implicam nos níveis de saúde. Os focos principais da saúde coletiva são a prevenção de problemas de saúde e a promoção de cuidados, a partir de uma abordagem interdisciplinar e com base científica (MERCY et al., 1993). Para a compreensão de uma temática tão heterogênea, é imprescindível o subsídio de diversas áreas, como: Medicina, Epidemiologia, Sociologia, Psicologia, Criminologia, Direito, Educação, Economia, entre outros (OSMO, 2015).

Em 2005, a OMS criou a Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde (Commission on Social Determinants of Health - CSDH), com o objetivo de promover, em âmbito internacional, uma tomada de consciência sobre a importância dos determinantes sociais na situação de saúde de indivíduos e populações e sobre a necessidade do combate às iniquidades de saúde. Os principais determinantes da saúde incluem o ambiente social e econômico, o ambiente físico e as características e

comportamentos individuais da pessoa. Em geral, o contexto em que um indivíduo vive é de grande importância na sua qualidade de vida e em seu estado de saúde. Os ambientes sociais e econômicos são essenciais na determinação do estado de saúde dos indivíduos, dado o fato de que altos níveis educacionais estão relacionados com maior renda e a um alto padrão de vida e de saúde (WORLD BANK, 2010).

A violência é uma questão de saúde coletiva, porquanto afeta a qualidade de vida das pessoas, pelas lesões físicas, psíquicas, morais, que exigem cuidados dos serviços médicos e hospitalares (OMS, 2012). Ademais, ao se sofrer violência, o potencial dos indivíduos para promover saúde em suas comunidades é prejudicado, pois tornam-se menos disponíveis, devido aos efeitos negativos da violência, para melhorar as condições de vida, lutar por seus direitos e participar socialmente.

Além disso, os efeitos da violência, ainda que nem sempre acarretem em enfermidades, opõem-se ao conceito mais amplo de saúde preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2012). Essa organização aponta que saúde envolve uma condição integral de bem-estar, em todos os âmbitos do sujeito, e não apenas relativo à ausência de enfermidades.

A violência, a partir da perspectiva da saúde coletiva, adquiriu uma face transformadora e sensível. Nesta ficou evidente as necessidades de esforços coletivos para amainar a questão da violência que sejam provenientes de setores diversos, como Saúde, Educação, Assistência Social, Justiça, suplantando-se uma perspectiva meramente de segurança pública e repressiva (ZAGO, 2013). A violência pode ser prevenida e a saúde pública exerce um papel de crucial importância ao reconhecer as causas e consequências (OMS, 2012).

Em mesmo sentido, a interpelação da saúde coletiva em relação à violência está alicerçada nos requisitos rigorosos do método científico, a partir de etapas apresentadas por Dahlberg e Krug (2006, p. 1165):

- 1) examinar o maior número possível de conhecimentos básicos sobre todos os aspectos da violência e unir sistematicamente dados sobre a extensão, o objetivo, as características e as consequências da violência a nível local, nacional e inter-nacional; 2) investigar por que a violência ocorre, isto é, realizar pesquisas para determinar causas e fatores correlatos da violência; os fatores que aumentam ou diminuem o risco de violência; os fatores passíveis de serem modificados por intermédio de intervenções; 3) usando a informação acima, explorar formas de prevenção da violência, planejando, executando, monitorando e avaliando as intervenções; 4) levando a cabo, em cenários diversos, as intervenções que parecem promissoras, disseminando amplamente a informação, bem como determinando o custo e a eficácia dos programas.

De uma perspectiva semelhante, já em 2002, o relatório mundial sobre violência e saúde elaborado por Krug, Linda, Dahlberg, James, Mercy, Anthony e Lozano apresentou objetivos que implicavam na ampliação da consciência sobre a violência em âmbito mundial, direcionando a compreensão da violência como um agravo de saúde evitável, sendo uma questão de saúde pública, tanto para atividades de coordenação dos enfrentamentos tanto quanto para a intervenção em prevenção. Além disso, foram traçadas metas como: amainar a magnitude e o impacto da violência em todo o mundo; combater os principais fatores de risco que causam a violência; ampliar as intervenções e respostas políticas que têm sido implantadas em nível local, nacional e internacional.

Em síntese, a saúde coletiva caracteriza-se, sobretudo, por sua ênfase em prevenção. Mais do que simplesmente aceitar ou reagir à violência, seu ponto de partida reside na forte convicção de que o comportamento violento e suas consequências podem ser prevenidos e evitados por uma perspectiva de promoção da saúde e não meramente punitiva. Nesse contexto, o tema violência contra crianças e adolescentes em contexto escolar é objeto de estudo da saúde coletiva.

A escola é percebida socialmente pela comunidade como uma das instituições responsáveis pela socialização, desenvolvimento cognitivo, físico e psicológico da criança e do adolescente. A Constituição Brasileira (1988) em seu art. 205 expõe:

(...) a educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, é direito de todos e dever do Estado e da família podendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (p. 2).

A escola exerce, além de um papel na formação de crianças e adolescentes, a responsabilidade sobre a sua integridade física e moral, enquanto estes estão na mesma. No entanto, o acesso à escola não vem garantindo cuidados e proteção integral a saúde física e psicológica. Há crianças e adolescentes expostos à bullying, violência sexual e de gênero, punição corporal e outras formas de violência no contexto escolar (VALLE *et al.*, 2015; IGBE, 2015).

No ambiente escolar, os professores exercem um papel central, considerando-se ser os profissionais que têm o maior e mais intenso contato com crianças e adolescentes. No entanto, o exercício da docência requer uma série de

atribuições que vão muito além da formação curricular específica da área ensinada. Os professores lidam com a necessidade do cumprimento de metas e, às vezes, falta de estrutura escolar. Ademais, se defrontam, muitas vezes, com alunos pouco motivados e agitados (ALMEIDA; SARTORI, 2012).

Ademais, os professores em sua maioria encontram-se estressados, sendo que diversos fatores ajudam a explicar o fenômeno. As condições estruturais do trabalho muitas vezes exigem adaptação por parte do funcionário ou impossibilitam um trabalho de qualidade.

Além disso, o próprio trabalho docente requer bastante esforço físico e psicológico, que pode desencadear reações como: ansiedade, depressão, frustração, dores de cabeça, de estômago, tonturas, ganhos de peso, alergias, problemas vocais, problemas na coluna e alterações na audição (SILVEIRA; ENUMO; BATISTA, 2014).

Silva (2016) em uma revisão de literatura sobre estresse docente categorizou as reações em: a) psicológicas: envolvem respostas emocionais, tais como ansiedade, frustração, raiva e insatisfação no trabalho; b) físicas: como dores de cabeça, problemas digestivos, tontura, taquicardia, problemas estomacais, entre outras e c) comportamentais: são respostas a fatores estressantes e se caracterizam por acidentes, cansaço excessivo, vontade de fugir de tudo, dúvidas de si próprio e irritabilidade excessiva. Além disso, Silva apontou que o contato cotidiano e permanente com os estudantes, pais e colegas de trabalho transforma o professor em um receptor de situações que, muitas vezes, fogem ao seu controle por despreparo da sua formação. Outro ponto levantado pela autora é o fato da profissão necessitar de diversas revisões nas metodologias de ensino, colocando o professor em situações de tensão, ansiedade e muitas vezes esgotamento. Estas situações podem afetar o professor emocionalmente, em especial, sua autoestima e seu bem-estar emocional, vindo a ocasionar baixo rendimento em sala de aula; ansiedade, depressão, tentativa de suicídio e Transtorno de Estresse Pós-traumático (ABRANCHES; ASSIS, 2011).

O bullying e outros comportamentos de riscos dos estudantes tais como a hiperatividade, impulsividade, oposição, desafio e agressividade são apontados por autores como uma dos principais responsáveis pelo clima de insegurança e violência dentro das escolas. Campos (2013), em uma revisão de literatura sobre a relação entre professor e aluno, apontou que a desorganização e a bagunça em sala de

aula, ampliam os conflitos entre ambos, levando a situações marcadas por violência que, segundo a autora, já fazem parte do cotidiano de muitas escolas. Valle et al. (2015) em uma pesquisa com 634 alunos, sobre violência escolar, evidenciou um impacto negativo de vitimização por funcionário no engajamento emocional escolar dos alunos. Este resultado evidencia o impacto da violência no ambiente escolar, que além de sequelas físicas e psicológicas para os próprios docentes, também desestabiliza a aprendizagem dos estudantes.

Na violência escolar, outros personagens que muitas vezes são esquecidos nos estudos, que tanto pode ser vítima e como autor, são os profissionais que trabalham na escola, como porteiros, merendeiras inspetores e coordenação pedagógica. A escola independentemente de seu porte precisa de uma série de profissionais para seu funcionamento, esses desenvolvem várias atividades e em diferentes espaços (GIORDANI; SEFFNER; DELL'AGLIO, 2017).

Esses funcionários deveriam ter uma formação específica para exercer suas atividades em ambiente escolar, assim como ter uma preparação específica para lidar com a violência que ocorre na instituição. A Lei No 13.185, de 6 de novembro de 2015 em seu artigo 5o., apresenta que:

É dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (bullying).

Stelko-Pereira, Albuquerque e Williams (2012) apresentam ser essencial a formação dos professores e funcionários da escola, de modo que ajam para a proteção aos estudantes, evitando que as vítimas revidem as ofensas sofridas, unam-se a gangues ou, ainda, considerem a violência uma norma social. A orientação correta de professores e funcionários pode amainar situações de conflito, pois estarão mais capacitados para auxiliar os alunos a empregar estratégias adequadas de resolução de problemas (LEME; CARVALHO, 2012).

Essas práticas caracterizam-se por um tipo de escola que vem ganhando ao longo da história novas significações a respeito de seu papel social, cultural, político e econômico, embora sua principal missão ainda seja os processos de ensino/aprendizagem. Entre essas novas significações destaca-se as práticas educativas em saúde, no qual se objetiva: a) escola como espaço de prevenção em saúde, e b) inclusão de temas transversais. Dessa forma a escola promotora de

saúde visa fortalecer a Saúde e de Educação, propiciando a partir da informação e empoderamento o bem-estar e a qualidade de vida de meninos, meninas, adolescentes, pais, professores e outros membros da comunidade (BRASIL,2007).

Assim a educação em saúde tem por intuito capacitar os estudantes para que esses possam atuar em suas comunidades como agentes promotores de saúde e que sejam engajados em movimentos que visem melhores condições de vida e saúde para si e seu entorno. Assim, essa nova escola visa um ambiente físico com estrutura básica de higiene e segurança, livre de violências e agressões de qualquer natureza pautado em ações educativas positivas permitindo um desenvolvimento saudável que estimule o bem-estar e a produtividade (BRASIL,2007).

Há poucos estudos científicos sobre a violência impetrada a estudantes por funcionários e professores das escolas (STELKO-PEREIRA; SANTINI; WILLIAMS, 2011).Assim, essa tese investigou a violência impetrada a alunos por professores e funcionários da escola apoiada em diversas estratégias.

Dessa forma essa tese tem por objetivo avaliar o perfil de alunos vítimas de violência por professores e funcionários de escolas públicas. Na primeira etapa foi feito um estudo que se proponha a avaliar a prevalência de violência física de professores e funcionários em estudantes, identificando os tipos de violência que ocorrem. A segunda etapa investigou as análises das características psicométricas de um instrumento que busca compor um escore quanto à violência impetrada por professores e funcionários. E por fim, a terceira etapa relativa a um estudo de regressão logística pesquisou a construção de um modelo que permitiu a predição dos fatores de risco associados a violência de professores e funcionários de escolas a estudantes.

## 2 OBJETIVOS

### 2.2 GERAL

Avaliar a violência cometida por professores e funcionários a estudantes;

### 2.3 ESPECÍFICOS

- a) Explorar o conhecimento produzido pela literatura nacional e internacional sobre violência cometida por professores e funcionários a estudantes;
- b) Analisar as características psicométricas (validação interna) de um instrumento de detecção de violência cometida por professores e funcionários a estudantes;
- c) Verificar a relação entre violência de professores e funcionários em estudantes com bullying e comportamentos de risco.

### 3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta as estratégias empregadas no estudo dessa tese. Porém, a sua apresentação dar-se-á em primeiro momento de forma mais geral e em seguida de forma mais específica que possibilitem a construção dos artigos, relativas aos capítulos desenvolvidos. Sendo a etapa um relativo a uma revisão sistemática, a etapa dois uma análise fatorial de instrumento e a etapa três sobre a prevalência e associação de comportamento de risco da violência cometida por profissionais a estudantes.

#### 3.1 NATUREZA DA PESQUISA

As questões de saúde coletiva estão inseridas em uma variedade de contextos sociais, políticos e econômicos. Conseqüentemente, há diversos métodos em ciências epidemiológicas e sociais que podem ser empregadas para investigação, os quais tanto podem ser de natureza qualitativa, quantitativa ou mista (CRESWELL, 2013).

Esta tese se refere a investigações de ordem bibliográfica, metodológico e exploratório descritivo em um campo transversal. A pesquisa quantitativa concentra-se na coleta de dados, transformação destes em informações numéricas, podendo generalizar conclusões a grupos de pessoas e explicar um fenômeno particular (POLIT; BECK, 2011). Seu objetivo pode ser determinar a relação entre uma variável independente e uma variável dependente dentro de uma população por meio de medidas objetivas e análise estatística. Geralmente, emprega-se neste tipo de pesquisa questionários e os projetos de pesquisa quantitativos podem ser descritivos-observacionais ou experimentais (POLIT; BECK, 2011).

Ademais, a presente tese envolve enquanto investigação principal um estudo observacional, descritivo, cuja intenção é esclarecer uma dada associação entre uma exposição e um efeito específico (GIL, 2010; PEREIRA, 1995). É relevante lembrar que nem todas as pesquisas quantitativas envolvem estudos experimentais - resultados importantes também podem ser extraídos de estudos quantitativos observacionais do que partem da observação da realidade, sugerindo hipóteses a partir de medidas de associação entre diferentes fatores. Assim, a partir de um fator de exposição, busca-se associação a um evento denominado desfecho, no entanto,

este tipo de estudo não determina causalidade (DONNON, 2013).

Esta tese se divide em artigos, independentes, com metodologias específicas. Estas etapas são intituladas: 1) Violência cometida por professores e funcionários contra alunos: revisão sistemática, 2) Vitimização de funcionários a alunos: violência explícita, disfarçada por práticas escolares e negligência 3) Violência cometida por funcionários de escola associa-se a comportamento de risco dos estudantes? No qual apresenta o perfil dos alunos vítimas de violência por funcionários escolares: associações com envolvimento em bullying, comportamentos de risco, gênero e idade. As etapas 2 e 3 apresentam enquanto aspectos comuns, os quais serão detalhados a seguir: população e amostra, o instrumento empregado: Escala de Vitimização de Funcionários a Alunos (EVAF), os cuidados éticos, e os procedimentos de coleta de dados.

### **3.1.1 População e Amostra**

A população foi composta por estudantes do 6o ao 9o ano de escolas públicas de três estados e quatro cidades do Brasil. Os estudantes eram provenientes das cidades de Curitiba (65,8%), São Paulo (12,7%), Fortaleza (11,3%), São Carlos (6,3%) e Pouso Alegre (3,9%). Quanto a série, 22,7% estavam na 6a série, 29,6% na 7a série, 29,3% da 8a série e 18,4% na 9a série.

Em todos os locais, o estudo envolveu escolas públicas, situadas em regiões de alta vulnerabilidade social. A amostra foi coletada por conveniência, sendo composta por informações de 1268 estudantes, sendo que 52% eram do sexo feminino e 48% masculino, a idade média destes era igual a 13 (DP=1,37) anos, sendo que o aluno mais jovem tinha 10 anos e o mais velho 17 anos. Desses alunos, 27,6% cursavam o 6o. ano, 28,8% o 7o. ano, 28,6% o 8o. ano e 15,1% o 9o. ano do Ensino Fundamental.

### **3.1.2 Instrumento de coleta de dados**

Escala de Vitimização de Funcionários a Alunos (EVAF). Este instrumento é parte da Escala de Violência Escolar – versão alunos, desenvolvido por Stelko-Pereira e Williams (2016) e têm como objetivo avaliar a ocorrência de situações em que alunos são alvo de violência por funcionários e o impacto destas. Esta escala

contém 14 questões respondidas em escala Likert de cinco pontos, como: “Nos últimos 6 meses, algum funcionário (professor, inspetor, etc.) da sua escola: 1) Destruíu seus materiais de propósito? 2) Roubou ou furtou seus materiais? 3). Diminuí sua nota por não gostar de você? 4) Não te protegeu quando os outros alunos te agrediram? e 5) Te agrediu fisicamente?”. As opções de resposta das questões de frequência são: “nenhuma vez”, “uma ou duas vezes”, “três ou quatro vezes”, “cinco ou seis vezes”, “sete vezes ou mais” e dos itens de impacto se referem a: “um pouco”, “médio”, “muito” e “muitíssimo”.

### **3.1.3 Cuidados éticos**

Esta tese envolve dados de pesquisadores parceiros os quais desenvolveram estudos com objetivos diversos, mas tiveram em comum os fatos de terem empregado o EVE, do qual o EVAF é parte, e terem autorizado à utilização dos dados coletados referentes à vitimização por funcionários. A coleta em cada uma das cidades participantes apenas ocorreu após aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, de cada uma das instituições em que os pesquisadores que aplicaram o EVE se vinculavam, sendo estas: Universidade Tuiti do Paraná (CAAE 12501513.9.00000103), Universidade Federal de São Carlos (CAAE 12487813.2.0000.5504), Universidade de São Paulo (CAAE 04741913300005561) e Universidade Estadual do Ceará (CAAE 25377913.6.0000.5534).

### **3.1.4 Procedimento para coleta de dados**

As escolas foram selecionadas por conveniência. Cada pesquisador parceiro, após aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa realizou contato com a direção de cada escola do estudo, de modo a buscar autorização para a coleta de dados. Posteriormente à aprovação do diretor, os pesquisadores foram nas salas das turmas selecionadas, explicaram os objetivos da pesquisa e sua relevância, destacando o caráter voluntário da pesquisa. Foram entregues Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os quais foram assinados pelos responsáveis dos alunos, recusando ou aceitando a participação destes. Somente participaram dos estudos, os alunos cujos pais tenham consentido a participação e que, simultaneamente, tinham interesse em participar, assinando Termos de

Assentimento (TA). Os questionários foram preenchidos em horário letivo e nas salas de aulas deles. Como critério de inclusão, apenas participaram os estudantes do 6o. ao 9o. ano do Ensino Fundamental e que tivessem apresentado TCLEs e TA assinados. Foram excluídos alunos que não estavam presentes no dia na coleta de dados.

## 3.2 REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE VIOLÊNCIA COMETIDA POR FUNCIONÁRIOS A ALUNOS DE ESCOLAS

### 3.2.1 Objetivo

Este estudo visa explorar o conhecimento produzido pela literatura nacional e internacional e descrever os questionários que contenham itens sobre violência cometida por professores e funcionários;

### 3.2.2 Delineamento de pesquisa

Revisões sistemáticas e meta-análises se tornaram extremamente importantes na assistência à saúde. A síntese do conhecimento, dos estudos incluídos na revisão, reduz as incertezas sobre recomendações práticas, permite aprofundamento sobre o fenômeno a partir das informações disponíveis limitadas, e facilita a tomada de decisões com relação às intervenções que poderiam resultar no cuidado mais efetivo e de melhor custo/benefício (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

A revisão sistemática permite um estudo amplo, sendo uma vantagem, pois permite a inclusão simultânea de pesquisa experimental e quase-experimental, proporcionando uma compreensão mais completa do tema de interesse. Este método também permite a combinação de dados de literatura teórica e empírica.

### 3.2.3 Instrumento

Este estudo foi desenvolvido seguindo as recomendações PRISMA (Principais Itens para Relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises (MOHER, 2015)).

### 3.2.4 Análise de dados

A revisão foi elaborada para responder às questões específicas: "Quais foram os estudos realizados sobre violência por parte dos funcionários das escolas a estudantes?" e "Quais os instrumentos foram utilizados por esses estudos para avaliar violência por parte dos funcionários das escolas a estudantes?"

Os estudos considerados nesta revisão foram selecionados na base do Periódico Capes, a qual engloba as 126 bases, no primeiro semestre de 2017. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave para a busca dos textos: "maltreatment and education staff", "violence by schoolstaff", "student-teachers relationship and violence by school staff", "violence by school andteacher aggression", e "teacher aggression and school". Os critérios para a inclusão dos estudos nesta revisão sistemática foram: (I) ser artigos empíricos que tivessem como uma das variáveis de investigação a violência escolar por parte de funcionários ou ser artigo teórico específico sobre o assunto e (II) artigos publicados em revistas revisadas por pares em inglês ou em português, com resumo disponível.

Assim, foram levantados 130 textos, dentre os quais 48 foram retidos após seleção pela leitura dos resumos e, então, após a análise do artigo como um todo, encontrou-se 25 publicações diretamente relacionadas ao objetivo proposto neste estudo. Estudos selecionados que realizaram os critérios preliminares de inclusão foram analisados, de acordo com: ano de publicação; característica dos participantes, tamanho da amostra, local do estudo, tipo de estudo, estratégia e de coleta de dados coleta, variáveis analisadas e principais resultados.

## 3.3 ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA E CONFIRMATÓRIA DA ESCALA DE VITIMIZAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS A ALUNOS

### 3.3.1 Objetivo

Estabelecer evidência de validade da EVAF baseada na sua estrutura interna e de precisão por meio de análise de consistência interna.

### 3.3.2 Delineamento do estudo

Nesta etapa do estudo será realizada a análise fatorial exploratória e confirmatória do EVAF. A análise fatorial (AF) é um importante recurso estatístico para o aperfeiçoamento de técnicas na avaliação, no refinamento e no uso de testes psicométricos. A AF explana sobre técnicas estatísticas para interpretar uma estrutura subjacente dentro uma matriz de dados (HAIR, ANDERSON, TATHAM & BLACK, 2005), qualificando número de itens que podem ser agrupados em um número menor de variáveis latentes (fatores) que expliquem as suas inter-relações (JÖRESKOG, 2007).

As técnicas de análises fatoriais podem ser divididas em duas grandes vertentes: análise fatorial exploratória (AFE) e análise fatorial confirmatória (AFC). A AFE tem como objetivo averiguar como um conjunto de itens se aglomera, tratando-se de uma técnica de natureza exploratória, haja vista que previamente não há uma estipulação de uma estrutura dos dados. Já a AFC tem uma natureza confirmatória, uma vez que é essencial a predeterminação de uma estrutura a ser avaliada. Assim, trata-se de um tipo de modelagem de equações estruturais (MEE) voltada, especificamente, a modelos de mensuração, ou seja, modelos que avaliam a relação entre variáveis observadas e variáveis latentes (MILLSAP & MEREDITH, 2007). Oposto das AFEs, ao administrar uma AFC, a análise deve partir de uma estrutura fatorial já definida, a qual exiba o número de fatores e os itens específicos correspondentes de cada. Assim, a AFC é teórica e/ou empiricamente baseada (BROWN, 2006).

As técnicas AFE e AFC podem ser utilizadas de maneira complementar, com o intuito de avaliar a legitimidade de determinada estrutura fatorial (SCHMITT, 2011). A AFC tem-se ampliado exponencialmente, pois esta técnica oferece variados recursos de análise de adequação da estrutura fatorial não existentes na AFE (BROWN, 2006). Sendo essa uma das vantagens da AFC, pois há uma possibilidade de avaliar a invariância da estrutura e dos parâmetros de determinado instrumento em diversos grupos, concomitantemente.

### 3.3.3 Instrumentos

Escala de Vitimização de Funcionários e Alunos (EVAF).

### **3.3.4 Análise de dados**

O banco de dados será subdividido aleatoriamente em dois. Em uma metade, se fará por primeiro a AFE a fim de se verificar as dimensões desta, depois será realizada a análise de consistência interna, a partir de Alpha de Cronbach para cada dimensão percebida. Para o cálculo do número de fatores máximo a ser retido na análise fatorial, será empregado o recurso do site <http://ires.ku.edu/smishra/parallelengine.htm>. Após a AFE, com a outra metade do banco de dados será realizada a AFC.

## **3.4 VIOLÊNCIA COMETIDA POR FUNCIONÁRIOS A ESTUDANTES ESTÁ ASSOCIADO AO ENVOLVIMENTO DESTES EM BULLYING, COMPORTAMENTOS DE RISCO, GÊNERO E IDADE**

### **3.4.1 Objetivo**

Avaliar a relação do gênero, idade, envolvimento em violência e comportamentos de risco de alunos com a vitimização por funcionário da escola.

### **3.4.2 Delineamento de pesquisa**

Este estudo é do tipo transversal, com abordagem descritiva e analítica. Será utilizada regressão logística que se caracteriza como uma técnica estatística que tem por objetivo produzir, a partir de um conjunto de observações, um modelo que permita a predição de valores tomados por uma variável categórica.

### **3.4.3 Instrumentos**

Para além da Escala de Vitimização de Funcionários a Alunos (EVAF), já descrita anteriormente, três outras escalas, integrantes da Escala de Violência Escolar foram aplicadas. Escala de Autoria de Violência entre Alunos (EAVA) - Este instrumento também é parte da Escala de Violência Escolar – versão alunos e tem como objetivo avaliar a ocorrência de situações em que alunos são autores de violência por alunos. Esta escala contém 16 questões respondidas em escala Likert

de cinco pontos, os quais se dividem em dois fatores: autoria presencial (11 itens) e virtual (5 itens) os quais apresentam consistência interna de 0,85. Esta escala apresentou evidências de validade convergente com a Escala de Comportamentos Agressivos do Questionário de Comportamentos Agressivos e Reativos entre Pares (Q-carp), com a Escala de Avaliação de Bullying no quesito autores e validade divergente com a Escala Feminina e Masculina de Autocontrole. Escala de Vitimização entre Alunos (EVA) – parte da Escala de Violência Escolar (EVE): Conforme estudo de Stelko-Pereira, Williams e Ambiel (submetido) foram analisadas respostas ao instrumento brasileiro EVA de 1.534 alunos de escolas públicas 6o a 9o. Ano do Ensino Fundamental provenientes de seis cidades de quatro estados do Brasil. Notou-se que a escala é formada por dois fatores: vitimização presencial e vitimização virtual, os quais conjuntamente explicam 42% da variância, obtendo um índice de consistência interna de 0,85.

Adicionalmente, na cidade de Fortaleza (N=100) aplicou-se a EVA duas vezes em um intervalo de 30 dias, obtendo-se um índice de precisão para o escore global de 0,64. Por fim, ainda na amostra de participantes de Fortaleza, aplicou-se a Escala de Estresse Infantil (ESI) tendo-se percebido correlações positivas significativas superiores a 0,65 entre os escores da EVA e da ESI. Assim, a EVA apresentou duas dimensões teoricamente adequadas, abordando itens representativos do fenômeno vitimização entre alunos, com consistência interna moderada e confiabilidade teste-reteste favorável. Em conclusão, a EVA mostrou-se um instrumento promissor.

#### **3.4.4 Variáveis estudadas**

Sofrer violência por funcionários, gênero, idade e envolvimento em bullying e em comportamentos de risco de alunos.

#### **3.4.5 Análise de dados**

Sobre o questionário de violência escolar, foram considerados envolvimento em bullying (autoria e vitimização) muito envolvido e pouco envolvidos. Para avaliar esse envolvimento, primeiramente foram calculados os escores dos participantes a partir da média e desvio padrão. Ademais, o envolvimento com bullying (autoria e

vitimização) forão categorizados como pouco envolvido (média menos o desvio padrão) e muito envolvido (médio mais o desvio padrão). Em seguida para a regressão logística por máxima verossimilhança foi analisada a vitimização por funcionário envolvendo o desfecho vítima e não-vítima com as seguintes explicativas: idade (menos de 12 anos e mais de 12 anos), sexo (masculino, feminino), porte de arma na escola (sim e não), autoria em bullying (sim e não), vitimização em bullying (sim ou não), fuma na escola (sim ou não), usou álcool na escola (sim ou não) e usou drogas ilícitas na escola (sim ou não). As análises de regressão linear hierárquica ocorreram com método enter, avaliando o efeito dos fatores do bullying na pontuação total e nos escores de violência explícita, disfarçada de práticas pedagógicas e por negligência da Escala de Violência do Professor e Funcionários (EVAF), controlando o efeito das variáveis idade e gênero dos alunos. Para tanto, foram computadas duas equações para cada variável-critério, sendo que na primeira foram inseridas as variáveis sociodemográficas (idade e gênero) como preditoras, e na segunda, além das variáveis sociodemográficas, foram inseridos o envolvimento em bullying e em comportamentos de risco.

## 4 RESULTADOS

### 4.1 ARTIGO 1 – REVISTA JORNAL DE PEDIATRIA - VITIMIZAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS A ALUNOS: VIOLÊNCIA EXPLÍCITA, DISFARÇADA POR PRÁTICAS ESCOLARES E NEGLIGÊNCIA

#### **VITIMIZAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS A ALUNOS: VIOLÊNCIA EXPLÍCITA, DISFARÇADA POR PRÁTICAS ESCOLARES E NEGLIGÊNCIA**

**Título abreviado: Vitimização de funcionários a alunos**

#### **Resumo:**

Não se sabe o quanto ocorre vitimização de funcionários a alunos e os fatores que influenciam este fenômeno, pois são poucos os estudos a respeito e os instrumentos para a investigação do problema. Este estudo teve como objetivo avaliar as características psicométricas da Escala de Vitimização de Funcionários a Alunos (EVAF). Para tanto, analisou-se as respostas ao instrumento de 1484 alunos de escolas públicas de 6o. a 9o. ano do Ensino Fundamental provenientes de seis cidades de quatro estados do Brasil. Notou-se que a escala é formada por três fatores: violência explícita, disfarçada por práticas escolares e negligência, os quais conjuntamente explicam 57,9% da variância, obtendo um índice de consistência interna de 0.85. Assim, a EVAF apresentou duas dimensões teoricamente adequadas, abordando itens representativos do fenômeno vitimização de funcionários a alunos, com consistência interna moderada. Em conclusão, a EVAF mostrou-se um instrumento favorável para esse tipo de pesquisa.

**Palavras-chave:** Psicometria; Análise fatorial; Violência.

#### **Introdução**

A violência cometida por funcionários de escolas a estudantes é um fenômeno pouco estudado, mas vem ganhando notoriedade, conforme se reconhece a importância de práticas escolares não coercitivas, inclusive para lidar com questões de indisciplina. Este tipo de violência faz parte do fenômeno da violência escolar e do de maus-tratos infantis.

Há poucos estudos internacionais que apresentam dados sobre o fenômeno e estes têm apresentado uma média de 12,5% de prevalência de violência física e 29,5% de violência psicológica, percebendo haver associação entre sofrer violência de funcionário na escola e baixo rendimento acadêmico, evasão escolar, impactos negativos na saúde mental, física, qualidade de vida e perpetuação da violência sofrida<sup>1</sup>. Ademais, conforme revisão de Matos<sup>1</sup>, que apenas encontrou 25 estudos sobre o tema, não parece existir questionário fechado específico para aferir violência por funcionário e que tenha tido suas características psicométricas avaliadas.

Um instrumento, para ser considerado adequado, deve mensurar o constructo para o qual foi desenvolvido, assim garantindo que as evidências encontradas auxiliem na interpretação do fenômeno proposto (validade) e deve ser preciso, como ter consistência no padrão de respostas aos seus itens<sup>2</sup>. No caso de um instrumento para aferir violência por funcionários, este deve conter questões que abordem as ações violentas do funcionário para o aluno e não ações relativas a diferenças de opinião, por exemplo; e os itens devem ser elaborados de maneira que haja uma consistência no responder.

Em síntese, é importante avaliar situações de violência por funcionários, pois o problema parece ser frequente nas escolas e acarreta em sérias consequências ao desenvolvimento humano. Contudo, há carência de escalas para aferir o problema e que tiveram suas propriedades psicométricas avaliadas. Então, o objetivo deste estudo foi verificar evidências de validade e precisão de uma escala brasileira de avaliação de violência por funcionários.

## **Método**

### **Participantes**

Tomaram parte nesse estudo 1268 estudantes, sendo a maioria do sexo feminino (53,2%), com idades variando entre 10 e 17 anos ( $M = 13,02$ ;  $DP = 1,34$ ). Os estudantes eram provenientes das cidades de Curitiba (65,8%), São Paulo (12,7%), Fortaleza (11,3%), São Carlos (6,3%) e Pouso Alegre (3,9%). Quanto a série, 22,7% estavam na 6<sup>a</sup> série, 29,6% na 7<sup>a</sup> série, 29,3% da 8<sup>a</sup> série e 18,4% na 9<sup>a</sup> série. Para proceder às análises, os participantes foram divididos aleatoriamente em duas subamostras. A Subamostra 1 ficou constituída por 643 estudantes, sendo a maioria do sexo feminino (53,3%) e com idades variando entre 10 e 17 anos ( $M = 13,02$ ;  $DP =$

1,39). A Subamostra 2 ficou constituída por 625 estudantes, sendo a maioria do sexo feminino (53,8%) e com idades variando entre 10 e 17 anos ( $M = 13,06$ ;  $DP = 1,41$ ). A primeira amostra foi utilizada para uma análise fatorial exploratória, enquanto a segunda amostra para a análise fatorial confirmatória.

### **Instrumentos**

Escala de Vitimização de Funcionários a Alunos (EVAF). Este instrumento é parte da Escala de Violência Escolar – versão alunos, desenvolvido por Stelko-Pereira e Williams<sup>3</sup>.

### **Cuidados éticos**

A coleta em cada uma das cidades participantes apenas ocorreu após aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, de cada uma das instituições em que os pesquisadores que aplicaram o EVE se vinculavam, sendo estas: Universidade Tuiti do Paraná (CAAE 12501513.9.00000103), Universidade Federal de São Carlos (CAAE 12487813.2.0000.5504), Universidade de São Paulo (CAAE 04741913300005561) e Universidade Estadual do Ceará (CAAE 25377913.6.0000.5534).

### **Análise dos dados**

Os dados foram tabulados e analisados através do software SPSS versão 21. Ademais, utilizou-se o software AMOS 21 para realização da análise fatorial confirmatória. Para conhecer a estrutura fatorial inicial da Escala de Vitimização de Funcionários a Alunos (EVAF), foram realizadas análises fatoriais exploratórias com método dos eixos principais. Foi adotado como critérios para a extração dos fatores o valor próprio igual ou maior que 1 (critério de Kaiser), o critério de Cattell (scree plot) e a interpretabilidade dos fatores extraídos<sup>4</sup>. Inicialmente, foi estabelecido como método de rotação dos fatores o varimax. Como ponto de corte para a carga fatorial, foi adotado o valor de 0,405. Itens que tenham obtido cargas fatoriais acima do ponto de corte em dois ou mais fatores foram excluídos da solução fatorial. A consistência interna da escala foi avaliada através do Alfa de Cronbach, considerando-se os valores acima de 0,80 como ideais e acima de 0,70 como aceitáveis.

A estrutura fatorial obtida na Subamostra 1 foi submetida a uma análise fatorial confirmatória com a Subamostra 2, com o objetivo replicar a estrutura fatorial da Escala de Vitimização de Funcionários a Alunos (EVAF), e de testar possíveis modelos alternativos. Foi utilizada a máxima verossimilhança como método de estimação dos parâmetros, tendo em conta a matriz de covariância. Para conhecer o ajuste do modelo proposto e compará-lo com modelos alternativos, utilizaram-se os seguintes indicadores: qui-quadrado ( $\chi^2$ ), qui-quadrado normatizado ( $\chi^2/df$ ), índice de ajuste comparativo (CFI), índice de ajuste geral (GFI), índice de ajuste normatizado (NFI), raiz do erro quadrático médio de aproximação (RMSEA), o critério de informação de Akaike (AIC) e o índice de validação cruzada esperada (ECVI). Esses índices têm sido comumente utilizados em estudos anteriores e, embora cada um apresente méritos e limitações, usados de forma conjunta são fortes indicadores do ajuste do modelo aos dados<sup>4</sup>. Para o qui-quadrado normatizado, valores menores do que 5 indicam um ajuste adequado do modelo, sendo desejável valores menores do que 3. Valores de CFI, GFI e NFI acima de 0,90 indicam um ajuste aceitável, enquanto valores acima de 0,95 indicam bom ajuste. Para o RMSEA, valores de até 0,08 indicam ajuste aceitável, enquanto valores até 0,06 indicam bom ajuste<sup>4</sup>. Em relação aos índices de comparação entre os modelos (AIC e ECVI), valores menores indicam um modelo com melhor ajuste.

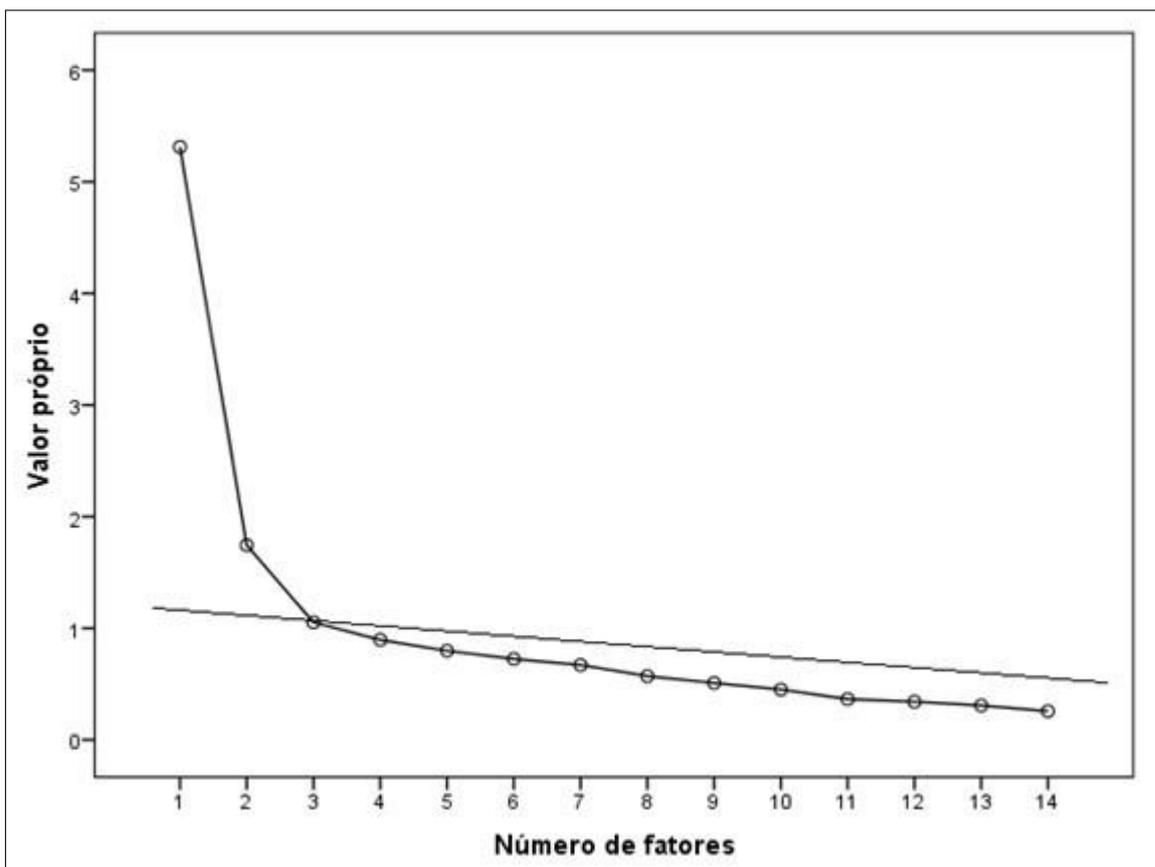
## **Resultados**

### **Subamostra 1: Análise fatorial exploratória**

Para a verificação das evidências de validade fatorial e consistência interna da Escala de Vitimização de Funcionários a Alunos (EVAF), inicialmente foi avaliado se a matriz de correlação entre os itens é fatorável, foram computados os índices de KMO = 0,86 e o Teste de Esfericidade de Bartlett,  $\chi^2(91) = 3130,5$ ,  $p < 0,001$ , sendo ambos considerados satisfatórios, permitindo assim prosseguir com as análises. Na primeira análise fatorial, na qual não foi fixado o número de fatores a serem extraídos, foram obtidos três fatores com valores próprios maiores ou igual a 1 (critério de Kaiser), que explicaram conjuntamente 57,9% da variância. Além do critério de Kaiser, foram utilizados outros dois critérios empíricos para definir o número de fatores a serem extraídos: a análise paralela de Horn (1965) e o critério de Cattell.

A análise paralela de Horn (1965), realizada com base em 1000 simulações, indicou a extração de dois fatores com valores próprios acima daqueles obtidos randomicamente. De forma similar, o teste Scree Plot (Critério de Cattell) indicou a extração de dois fatores que se destacaram visualmente dos demais. Nesse sentido, foi conduzida uma nova análise fatorial indicando a extração de dois fatores, que explicaram conjuntamente 50,4% da variância. Uma análise do conteúdo dos dois fatores, apontou que um dos fatores foi formado pela junção dos fatores 2 e 3 da solução com 3 fatores, o que prejudicou a interpretabilidade desse fator, já que ele reunia itens com conteúdo distintos. Nesse sentido, optou-se por manter a solução com três fatores como a solução fatorial final, baseando-se na interpretabilidade dos fatores.

**Figura 1 – Teste Scree.**



Para a estrutura com três fatores, os resultados apontaram que o Fator 1 explicou 37,9% da variância total e reteve 6 itens, com cargas fatoriais variando entre 0,76 (item q46) e 0,49 (item q48), agrupando majoritariamente aqueles relacionados com conteúdo mais claramente reconhecidos enquanto tipos de violência (roubar,

xingar, agredir fisicamente), sendo denominado de Violência Explícita. Quanto à sua consistência interna, o Fator 1 apresentou um alfa de Cronbach de 0,79, indicando boa consistência interna.

O Fator 2 explicou 12,5% da variância total e reteve 5 itens, com cargas fatoriais variando entre 0,72 (item q60) e 0,53 (item q62), agrupando itens com conteúdo relacionados a utilização de práticas escolares cotidianas, como enviar avisos, fornecer notas, requisitar participação da direção, organizar a movimentação dos alunos pelos espaços escolares, porém com a finalidade de se ser violento com o aluno, sendo denominado este fator de “violência disfarçada de práticas escolares”. Quanto à sua consistência interna, o Fator 2 apresentou um alfa de Cronbach de 0,80, indicando boa consistência interna.

O Fator 3 explicou 7,5% da variância total e reteve 3 itens, com cargas fatoriais variando entre 0,83 (item q66) e 0,43 (item q70), com conteúdo majoritariamente relacionados com situações em que os alunos sofreram violência por pares e o funcionário se omitiu, sendo denominado de negligência diante de violência entre alunos. Quanto à sua consistência interna, o Fator 3 apresentou um alfa de Cronbach de 0,76, indicando boa consistência interna. Tomando a escala como um todo, o alfa de Cronbach foi de 0,87, indicando a possibilidade de se computar um fator geral.

**Tabela 1 - Cargas fatoriais dos itens da Escala de Vitimização de Funcionários a Alunos (EVAF).**

Itens	Fator 1	Fator 2	Fator 3
Roubou ou furtou materiais	<b>0,7</b>	0,1	0,0
Agressões físicas	<b>0,6</b>	0,1	0,
Realizou Ameaças	<b>0,5</b>	0,1	0,2
Destruiu materiais	<b>0,5</b>	0,1	0,0
Fez xingamentos e apelidos	<b>0,5</b>	0,1	0,1
Propagou rumores	<b>0,4</b>	0,3	0,1
Negou ida ao banheiro	0,1	<b>0,7</b>	0,2
Fez avisos injustos a diretora	0,1	<b>0,6</b>	0,2
Diminuiu nota injustamente	0,2	<b>0,5</b>	0,1
Indicou incapacidade de	0,2	<b>0,5</b>	0,3
Fez avisos injustos aos pais	0,1	<b>0,5</b>	0,2
Não protegeu de xingamento	0,1	0,3	<b>0,8</b>
Não protegeu de ridicularização	0,1	0,3	<b>0,6</b>
Não protegeu de agressão física	0,3	0,2	<b>0,4</b>

Nota – Os valores em negrito indicam os itens retidos no fator

Fonte – Elaborado pelos autores

A análise confirmatória da estrutura com três fatores, observada na Subamostra 1, indicou que o ajuste do modelo aos dados é razoável, pois os valores dos índices de ajustes se mostraram próximos aos valores recomendados na literatura. Todavia, após uma inspeção dos índices de modificação (MI), optou-se por correlacionar os erros dos itens “diminuiu nota injustamente” e “negou ida ao banheiro” e dos itens “fez avisos injustos aos pais” e “fez avisos injustos a diretora”, já que eles apresentavam valores de IM acima de 100<sup>4</sup> e conteúdos similares. Após esses ajustes, os resultados apontaram que a estrutura com três fatores apresenta um ajuste aceitável, com valores de qui-quadrado normatizado abaixo de 5, valores de AGFI e CFI acima de 0,90, valor de NFI próximo a 0,90 e valores de RMSEA abaixo de 0,08. Todos as cargas fatoriais (saturações  $\lambda$ ) foram estatisticamente significativas ( $\lambda_j = 0$ ;  $z > 1,96$ ;  $p < 0,05$ ), variando entre 0,69 e 0,41 no Fator 1, entre 0,78 e 0,56 no Fator 2 e entre 0,82 e 0,58 no Fator 3. Os fatores apresentaram consistência interna satisfatória, tendo o Fator 1 alfa de Cronbach igual a 0,74, o Fator 2 apresentando alfa de Cronbach igual a 0,81 e o Fator 3 apresentando alfa de Cronbach igual a 0,76. A Tabela 2 apresenta os parâmetros estimados de acordo com o modelo proposto.

**Tabela 3 – Índices de ajuste para os diferentes modelos.**

	$\chi^2$	g	$\chi^2/$ gl	AG FI	CF I	NFI	RMSEA ECVI [IC 90%]	AI C
3 fatores	422, 3	7 4	5,7 1	0,88 n	0,87 a	0,858	87	484, 32
3 fatores ajustados	326, 3	7 2	4,5 3	0,90 1	0,91 2	0,890	75	392, 32
2 fatores	570, 1	7 6	7,5 0	0,84 4	0,82 8	0,808	02	628, 14
1 fator	950, 0	7 7	12,3 4	0,72 3	0,69 7	0,680	35	1006 0

Nota – Os valores em negrito indicam os itens retidos no fator

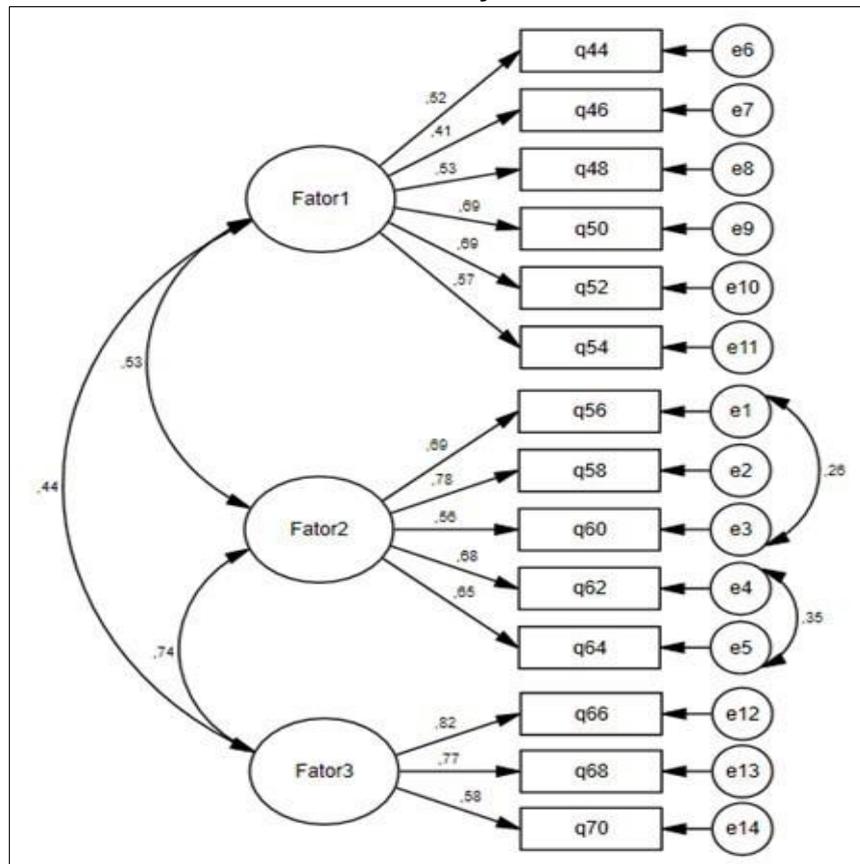
Fonte – Elaborado pelos autores

Para testar o ajuste de estruturas fatoriais alternativas, o modelo com três fatores foi comparado a um modelo com um único fator geral e a um modelo com dois fatores, obtido na análise fatorial exploratória. Os modelos bifatorial e unifatorial apresentaram índices de ajuste considerados insatisfatórios. Ademais, a comparação entre os três modelos indicou que o modelo com três fatores proposto tem melhor ajuste aos dados do que os modelos unifatorial e bifatorial já que ele apresenta valores mais baixos de ECVI e AIC.

## Discussão

A EVAF apresenta 14 itens, os quais a partir das análises exploratórias e confirmatórias, se agruparam em três dimensões, as quais se mostraram pertinentes quando analisadas teoricamente e englobam a maior parte do fenômeno violência por funcionários de escolas. O conjunto de itens tanto aborda a violência mais explícita (agressões físicas, xingamentos, ameaças, etc), que costuma ser mais passível de questionamentos por alunos, pais de alunos e direção escolar, podendo acarretar em punições (advertências, demissão, etc.), quanto a violência mais implícita, que permite uma maior subjetividade em seu reconhecimento e consequenciação, como empregar práticas escolares cotidianas para usar de violência com os alunos e se omitir diante de violência entre alunos, não os protegendo.

Figura 2 – Estrutura fatorial da Escala de Vitimização de Funcionários a Alunos (EVAF)



A solução fatorial de três fatores se mostrou a mais pertinente, pois permite distinguir os alunos que sofrem mais de um tipo de violência de funcionários do que de outro. Devido à carência de estudos sobre o tema, apenas pode-se especular que os fatores de risco às três formas de violência por funcionários sejam distintos.

Hipotetiza-se que os alunos que sofrem de violência explícita sejam os que mais marcadamente apresentam comportamentos indesejados, como agredir fisicamente os colegas, portar armas e usar álcool, cigarros e drogas ilegais, de modo que a violência perpetrada pelo funcionário se configura como uma reação às atitudes do aluno. Já os alunos que são indisciplinados ou pouco motivados podem ser os que pontuam mais no EVAF na dimensão violência disfarçada de práticas escolares, pois suas ações podem gerar sentimentos negativos nos educadores, como desvalia, frustração, ansiedade, os quais se não discutidos e refletidos, podem relacionar-se com a violência disfarçada de práticas escolares, a qual seria mais reconhecida pelo próprio aluno do que pelo educador. Por exemplo, a um aluno que comumente faz todas as tarefas, o educador não nega a ida ao banheiro, mas àquele que conversa durante as explicações, o educador nega.

Por fim, a negligência diante da violência por pares estaria mais relacionada a alunos que comumente são vítimas-autores de bullying, isto é, alunos mais impulsivos, que carecem de habilidades para solucionar conflitos e assim apresentam dificuldade em encontrar maneiras pacíficas de enfrentar problemas relacionais. As vítimas-autores apresentam uma maior probabilidade de rejeição social, haja vista que se caracterizam por altos índices de vitimização e agressão. Além disso, identifica-se comportamentos impulsivos e violentos, apresentando pouca habilidade social, o que repercute em menos empatia no cenário escolar e com altos índices de rejeição<sup>7</sup>. Vítimas de bullying, geralmente, são pessoas que integram minorias (negros, homossexuais, obesos, entre outros), o que acredita-se que também é verdadeiro para situações de vitimização por funcionários<sup>8</sup>.

Certamente, são necessários estudos para averiguar estas possibilidades e se haveria consequências diferenciadas aos alunos, de acordo com o tipo de violência por funcionários sofrida. Ademais, é possível que estratégias preventivas distintas sejam necessárias diante de cada forma de violência por funcionário.

Apesar de o instrumento abarcar grande parte do fenômeno violência por funcionários, tendo uma variância explicada adequada (57,9%), alguns aspectos não foram incluídos, como a violência sexual por funcionários que consta na definição da OMS<sup>9</sup> e que foi apontada como possível de ocorrer em escolas<sup>10-11</sup> e a violência que associa-se a questões de preconceito étnico, de gênero e de orientação sexual<sup>12</sup>. Ainda que não tenha se incluído questões específicas relativas à violência sexual, esta comumente ocorre conjuntamente da violência psicológica (como quando o agressor realiza ameaças) e de violência física<sup>13</sup> de modo que, quando alunos apresentam altos escores no EVAF, é importante inquirir a estes também sobre violência sexual, tema que comumente é tabu. Similarmente, altos índices no EVAF também indicam a necessidade de se questionar sobre sofrer preconceitos, pois estes podem se manifestar tanto com o uso da violência explícita, quanto da disfarçada de práticas escolares ou da negligência diante da violência por alunos.

Os resultados da consistência interna dos domínios foram excelentes e com uma alta correlação entre os itens integrantes de cada domínio. Assim, apontou que os mesmos fazem parte de uma mesma dimensão conceitual, resultando em uma escala de medida confiável. Destaca-se que o valor de Alpha encontrado para a escala total revela um escore desejável da consistência interna do instrumento completo. Trata-se de um importante preditor da confiabilidade e precisão desses

resultados. Apesar disso, é necessária a aplicação da escala em diferentes populações e contextos, no sentido de confirmar os valores psicométricos, e a partir de outros parâmetros, como teste-reteste e validade convergente e divergente.

### **Considerações finais**

O objetivo deste estudo foi verificar evidências de validade e precisão de uma escala de avaliação de violência por funcionários, tendo sido possível verificar ótimo nível de validade e precisão. Esse resultado permitiu a indicação de elementos para o aprimoramento da escala e também a confirmação, por meio de uma técnica confirmatória de análise de dados, da estrutura empírica unidimensional do mesmo, corroborando com sua estrutura teórica.

Portanto, este instrumento pode ser útil para se estudar a prevalência e incidência do fenômeno, bem como os fatores de risco e de proteção da violência infligida por funcionários e professores a alunos. Deste modo, o EVAF pode auxiliar na descrição dos fenômenos relacionados a esse tipo de violência, proporcionando aprimoramento dos modelos explicativos do fenômeno.

### **Referências**

1. Matos (2019)
2. Urbina (2006)
3. Stelko-Pereira AC, Williams LCA. Evaluation of a Brazilian school vigilance prevention program (Violência Nota Zero). *Pensamiento psicológico* 2016;14(1):63-76.
4. (GARSON, 2013)
5. (MATSUNAGA, 2010)
6. (HAIR *et al.*, 2009)
7. Silva JL, Oliveira, WA, Carlos DM, Lizzi EAS, Ajrio RR, Silva MAI. Intervention in social skills and bullying. *Revista Brasileira de Enfermagem* 2018;71(5):1085-1091.
8. Sampaio JMC, Santos GV, Oliveira WA, Silva JL, Medeiros M, Silva MAI. Emotions of students involved in cases of bullying. *Texto & Contexto – Enfermagem* 2015;24(6):344-352.
9. Organização Mundial da Saúde. Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra: OMS; 2012.

10. Whitted D. Do teachers bully students? findings from a survey of students in an alternative education setting. *Children & Schools* 2008;40(4):329-341.

11. Khoury-Kassabri M, Astor RA, Benbenishty R. Student victimization by school staff in the context of an Israeli national school safety campaign. *Aggressive Behavior* 2008;34(1):1-8.

12. Wei HS, Stelko-Pereira AC, Sá LGC, Williams LCA. Bullying, vitimização por funcionários e depressão: relações com o engajamento emocional escolar. *Psicologia Escolar e Educacional* 2015;19(12):463-473.

13. Matos KJN, Pinto FJM, Stelko-Pereira AC. Violência sexual na infância associa-se a qualidade de vida inferior em universitários. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* 2018;67(3):10-17.

#### 4.2 ARTIGO 2 – REVISTA JORNAL BRASILEIRO DE PSIQUIATRIA - VIOLÊNCIA COMETIDA POR PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS CONTRA ALUNOS: REVISÃO SISTEMÁTICA

**Título:** Violência cometida por professores e funcionários contra alunos: revisão sistemática

**Título curto:** Violência cometida por professores

**Title:** Violence carried out by teachers and staff against students: systematic review

**Short title:** Violence carried out by teachers

**Contagem total de palavras:** 5462

#### RESUMO

**Objetivo:** realizar uma revisão da literatura nacional e internacional sobre violência a crianças e adolescentes cometidas por funcionários de escolas. **Métodos:** O protocolo Prisma foi empregado como guia para a revisão da literatura, tendo se encontrado 25 estudos relevantes. **Resultados:** a maioria dos estudos foi realizada em países com médios e altos índices de desenvolvimento humano. Nos estudos empregou-se em sua maioria questionários para a coleta de dados, havendo 23 instrumentos, porém nenhum era específico para aferir violência por funcionário. Quanto à violência física, os estudos variaram de 3% a 22%, a violência psicológica/emocional de 28,3% a 30,7%. **Conclusões:** conclui-se, também, que

violência emocional por parte do professor é positivamente relacionada a problemas comportamentais na idade adulta e negativamente relacionado à probabilidade de que os indivíduos tivessem um diploma do ensino médio. Verifica-se como é necessário o aumento de investigações quantitativas e qualitativas sobre o assunto, uma vez que o fenômeno parece existir e repercute na saúde das pessoas envolvidas.

**Palavras-chave:** Violência; Maus-tratos Infantis; Professor.

## **ABSTRACT**

**Objectives:** to conduct a review of national and international literature on violence against children and adolescents committed by school staff. **Methods:** the Prisma protocol was used as a guide for the literature review, and 25 relevant studies were found. Most studies were conducted in countries with medium and high levels of human development. **Results:** most studies used questionnaires for data collection, with 23 instruments, but none were specific as to assess violence by employee. Regarding physical violence, studies ranged from 3% to 22%, psychological/emotional violence from 28.3% to 30.7%. **Conclusions:** emotional violence on the part of the teacher is positively related to behavioral problems in adulthood and negatively related to the likelihood that individuals would have a high school diploma. It is also concluded that there is a need to increase the quantitative and qualitative investigations on the subject, since the phenomenon seems to exist and affect the health of the people involved.

**Keywords:** Violence; Child abuse; Teacher.

## **INTRODUÇÃO**

Todos os indivíduos têm direito à uma vida livre de violência. Nesse sentido, a violência é reconhecida como uma questão não apenas de segurança pública, mas também uma questão de saúde coletiva<sup>1</sup>, pois afeta a qualidade de vida das pessoas, acarretando em consequências ao corpo, seja por lesões físicas quanto por estresse, depressão e ansiedade que exigem cuidados dos serviços médicos e hospitalares<sup>2</sup>.

Além disso, os efeitos da violência, ainda que nem sempre acarretem em enfermidades, opõem-se ao conceito mais amplo de saúde preconizado pela Organização Mundial de Saúde<sup>3</sup>. Essa organização aponta que saúde envolve uma condição integral de bem-estar, o que não é o mesmo que não estar enfermo.

O potencial dos indivíduos para promover saúde em suas comunidades é prejudicado, ao se sofrer violência, pois geralmente tornam-se menos disponíveis para melhorar as suas condições de vida, lutar por seus direitos e participar socialmente. A violência pode ser prevenida e a saúde coletiva exerce um papel de crucial importância ao reconhecer as causas e consequências<sup>4</sup>.

Este artigo tem como tema a violência no contexto educacional, a qual é considerada um problema de saúde coletiva pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças Norte-Americano<sup>5</sup>, particularmente a praticada por adultos a alunos. A história mostra que a violência de funcionários ou professores a estudantes não é um evento novo, havendo registros do uso da palmatória ou violência psicológica, como “usar orelhas de burro”. Embora proibido no Brasil desde 1827, os castigos corporais ainda são noticiados na mídia<sup>6</sup>.

Ainda, há estudos que apresentam a ocorrência do problema. Um estudo das Nações Unidas intitulado “School Violence and Bullying: Global Status Report”, de 2017<sup>7</sup>, também reconheceu que a violência escolar é uma preocupação global, indicando a importância de se combatê-la. Este estudo aponta que cerca de 240 milhões de crianças e adolescentes sofrem algum tipo de violência escolar, incluindo violência perpetrada por professores e outros funcionários da escola. Em decorrência desta violência, o desempenho acadêmico, saúde e bem-estar das crianças pode diminuir, bem como há redução na capacidade destas de operar como indivíduos confiantes que desenvolvem relações saudáveis com os outros. O impacto negativo da violência nas escolas vai além das crianças que são diretamente afetadas por ela, pois cria uma atmosfera de ansiedade e insegurança incompatível com a aprendizagem<sup>8</sup>.

Em sentido semelhante, um estudo multicêntrico realizado em 2012 sobre as experiências de violência infantil dos homens no Brasil, no Chile, na Croácia, na Índia, no México e em Ruanda, que envolveu 8.079 homens de 18 a 59 anos, vivendo em ambientes urbanos e rurais, encontrou que 4% relataram ter sido espancados ou punidos fisicamente na escola por um professor<sup>9</sup>. Com estimativa semelhante, outro estudo exclusivamente brasileiro, de 2011, observou que 5% dos estudantes

participantes sofreram agressão física por parte de funcionários e professores da escola<sup>10-11</sup>. em um estudo com 2.808 adolescentes na Holanda sobre violência sexual, apontou alunos e professores como agressores, sendo que em 27% dos casos de violência, o perpetrador era um funcionário da escola (professor de turma, 81%, professor particular, 12%, médico da escola, 1%; zelador, 4%).

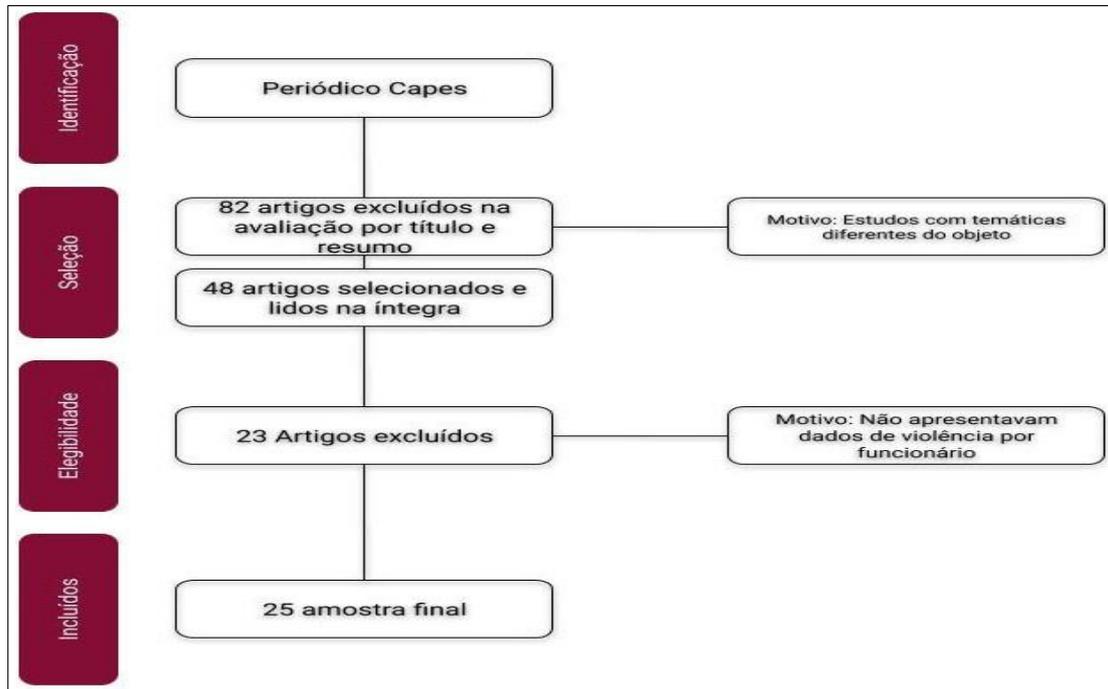
A temática da violência impetrada por professores e funcionários a alunos parece ser pouco estudada no Brasil e no exterior, o que justifica a importância de se realizar revisões de literatura, buscando conhecer o quanto o tema vem sendo investigado, com quais métodos e seus principais resultados. Estudos de revisão de literatura representam um grande valor científico, dado que fornecem um panorama amplo sobre um determinado tema, apontando os caminhos já percorridos e indicando lacunas no conhecimento que merecem mais investigações<sup>12</sup>. Dessa maneira, o objetivo geral deste estudo foi o de realizar uma revisão da literatura nacional e internacional sobre violência a crianças e adolescentes cometidas por funcionários de escolas.

## **MÉTODO**

Empregou-se como guia para a revisão da literatura o protocolo Prisma, que pode ser acessado em: <http://www.prisma-statement.org/>, o qual permite um amplo entendimento de um determinado fenômeno, baseando-se em estudos anteriores<sup>13</sup>. A recomendação PRISMA consiste em análise os textos seguindo as etapas: identificação, seleção, elegibilidade e inclusão. A síntese do conhecimento, dos estudos incluídos na revisão por este método, reduz as incertezas sobre recomendações práticas, permite aprofundamento sobre o fenômeno a partir das informações disponíveis limitadas, e facilita a tomada de decisões com relação às intervenções que poderiam resultar no cuidado mais efetivo e de melhor custo/benefício<sup>13</sup>

A revisão foi elaborada para responder às questões específicas: "Quais foram os estudos realizados sobre violência por parte dos funcionários das escolas a estudantes?" e "Quais foram os instrumentos utilizados para rastrear esse tipo de violência?". Os procedimentos para a coleta e a análise dos documentos é apresentado na Figura 1.

**Figura 1.** Fluxograma do processo de revisão dos artigos.



Os estudos considerados nesta revisão foram selecionados na base de Periódico Capes, a qual engloba 126 bases, no primeiro semestre de 2017. Foram utilizados os seguintes descritores para a busca dos textos: “*maltreatment and education staff*”, “*violence by school staff*”, “*student-teachers relationship and violence by school staff*”, “*violence by school and teacher aggression*”, e “*teacher aggression and school*”.

Os critérios para a inclusão dos estudos nesta revisão sistemática foram: (I) ser artigos empíricos que tivessem como uma das variáveis de investigação a violência escolar por parte de funcionários ou ser artigo teórico específico sobre o assunto e (II) artigos publicados em revistas revisadas por pares em inglês ou em português, com resumo disponível. Não se considerou o ano como critério, haja visto a pouca quantidade de publicações da temática.

Assim, foram levantados 130 textos pela autora principal, de janeiro a abril de 2017, dentre os quais 48 foram retidos após seleção pela leitura dos resumos pela autora e coautora e, então, após a análise do artigo como um todo, encontrou-se 25 publicações diretamente relacionadas ao objetivo proposto neste estudo. Os estudos incluídos foram caracterizados quanto ao: ano de publicação; característica dos participantes, tamanho da amostra, local do estudo, tipo de estudo, estratégia de coleta de dados, variáveis analisadas e principais resultados. O método prisma

sugere que estas características sejam analisadas a partir de três medidas principais: (1) limitações metodológicas (delineamento mal planejado, por exemplo); (2) consistência dos resultados; e (3) precisão (capacidade de generalização dos achados e fornecimento de dados suficientes).

## **RESULTADOS**

### **Caracterização dos estudos**

Os 25 estudos considerados para esta revisão sistemática foram publicados entre 2002 a 2014 e as características principais dos estudos serão descritas na Tabela 5 do Apêndice A. A maioria dos estudos foi realizada em países com médios e altos índices de desenvolvimento humano como: Israel (6), Estados Unidos (4), Taiwan (4), Noruega (1), Grécia (1), Bélgica (1) Espanha (1), Canadá (1), Austrália (1) e Brasil (3). Apenas um país com baixo índice de desenvolvimento humano apresentou estudo neste tema (Uganda, 2). Notou-se que a maior parte dos artigos foram publicados em periódicos predominantemente da área de Psicologia (48%, 12 artigos), depois da área de Educação (20%, 5 artigos), da área da Saúde (28%, 7 artigos) e, por último na área da Filosofia (4%, 1 artigo). O periódico que mais publicou artigos sobre o tema foi o *Child Abuse & Neglect*, em que houve seis publicações (Tabela 5 - Apêndice A).

Observou-se predominância de abordagens quantitativas nos estudos, com apenas um estudo qualitativo e duas revisões de literatura. O único estudo qualitativo era o de Whitted<sup>14</sup>, que foi realizado nos EUA. A pesquisa deu-se com 50 alunos de 11 a 18 anos de uma escola especial que em entrevistas relataram casos de violência por parte do professor ou profissionais da escola ao longo de toda sua vida escolar. Entre os participantes, 88% descreveram pelo menos um incidente de maus tratos psicológicos e 86% relataram no mínimo um evento de maus-tratos físicos. Quase duas vezes mais estudantes relataram que eram profissionais da escola e não pares que estavam envolvidos em sua pior experiência na escola.

A maioria dos estudos eram do tipo transversal (12) ou observacional de corte (5). Treze estudos que investigavam esse fenômeno eram estudos empregando técnicas de regressão para análise dos dados. Houve também cinco estudos longitudinais, dos quais o que envolveu um maior período de acompanhamento foi o

de Troop-Gordon e Ladd<sup>15</sup>, por 17 anos, e o menor de Devries e outros<sup>16</sup>, que foi referente a um ano. Houve apenas um estudo experimental sobre uma intervenção comportamental que visava a redução de violência física de funcionários da escola para alunos do Ensino Médio de Uganda<sup>16</sup>.

O estudo com o maior número de participantes foi o Khoury-Kassabri, Astor e Benbenishty<sup>17</sup>, com 81.223 estudantes e com o menor número foi o de Whitted<sup>14</sup>, com 50 participantes. Para além dos estudantes participantes, houve também estudos com pais, professores e pacientes psiquiátricos. Dentre os níveis de ensino abordados nas pesquisas, dois estudos envolveram o Ensino Infantil, dezesseis o Ensino Fundamental e cinco o Ensino Médio<sup>18-19</sup>. Em quase a totalidade dos estudos, os participantes preencheram a questionários de autorrelato (22 estudos), sendo que apenas uma pesquisa fez entrevista. Em relação ao local em que as pesquisas ocorreram, apenas uma destas foi em hospital psiquiátrico e o restante em instituições de ensino, totalizando 2.465 escolas participantes em estudos.

Quanto aos questionários para a aferição da violência escolar por funcionários, foram identificados 23 instrumentos que investigavam o fenômeno, mas não se percebeu instrumento específico para aferir violência por funcionário, sendo que todos eram instrumentos de violência escolar com algumas questões sobre o tema.

Estudos relativos à avaliação das características psicométricas dos instrumentos não foram encontrados. Alguns instrumentos foram empregados em mais de um estudo, como: “Califórnia School Climate Survey” utilizado em três estudos dessa revisão<sup>20-22</sup>. Essa escala foi desenvolvida para avaliar as percepções da equipe sobre o clima da escola, comportamento e atitudes dos alunos e programas e políticas escolares, contendo 116 perguntas. Outro instrumento também utilizado em mais de um estudo foi o “Student–Teacher Relationship Scale”<sup>23</sup>. Este instrumento tem 28 itens e avalia conflitos, proximidade e dependência entre alunos e docentes a partir da percepção dos estudantes. É constituída por nove itens, respondidos em uma escala de três pontos que varia de 1 (concordo) a 3 (discordo). Quanto mais alto o valor do somatório das respostas dos participantes aos itens, maior é a qualidade da relação professor-aluno, de acordo com os alunos.

Em relação aos dados de prevalências, os estudos apontam dados sobre violência física, psicológica/emocional e sexual bastante diversos, tendo empregado diferentes métodos quanto a configuração da amostra de participantes, instrumento empregado e período a ser considerado pelo respondente ao preencher os

questionários do estudo.

Quanto a prevalência de violência física descrita por alunos: Knight e outros<sup>24</sup> referem que 3% dos alunos relataram violência física de algum funcionário da escola, na última semana. Stelko-Pereira, Santini e Williams<sup>25</sup>, em um estudo com crianças de 11 a 13 anos percebeu uma prevalência de 1,6% em uma escola e de 12,2% em outra, ocorrida nos últimos seis meses. Benbenishty, Zeira e Astor<sup>21</sup> apontaram que 22,2% relatou ter sido vítima de pelo menos um tipo de maus-tratos físicos ao longo de sua vida escolar. Chen e Wei<sup>20</sup> apontam que 26,9% dos alunos relataram ter sido maltratados pelos professores pelo menos uma vez no semestre anterior. Whitted<sup>14</sup> apresentou que 86% dos alunos relataram pelo menos um incidente de maus-tratos físicos na escola ao longo de sua vida escolar, vale destacar que a amostra deste estudo foi conseguida por conveniência e era composta por estudantes que frequentavam um programa especial de educação, pois os mesmos haviam se envolvido em problemas comportamentais que resultaram em suspensão por um período mínimo de 11 dias ou por uma expulsão por casos de ofensas, porte de arma ou drogas ilegais na escola. Na pesquisa em que os próprios professores foram questionados sobre o uso de violência, 27,9% relataram que é provável que usaram atos de punição corporal com as crianças quando se comportam mal em sala de aula<sup>26</sup>.

Quanto à prevalência de violência psicológica/emocional descrita por alunos: Benbenishty, Zeira e Astor<sup>21</sup> perceberam que quase um terço dos alunos relatou ter sido maltratado emocionalmente por um funcionário, ao longo de sua vida escolar, similarmente Khoury-Kassabri, Astor e Benbenishty<sup>27</sup> indicaram que vitimização emocional foi relatada por 28,3%. O estudo de Lee<sup>28</sup> apresenta que 30,7% relatam maus tratos emocionais por professores pelo menos uma vez no ano anterior. E, Whitted<sup>14</sup> apontou que 88% relataram pelo menos um incidente de maus tratos psicológicos na escola ao longo da vida.

Quanto à prevalência de violência sexual descrita por alunos, apenas um estudo investigou o tema. Khoury-Kassabri<sup>22</sup> apontou que 8% dos estudantes do ensino médio relataram ter sido vítimas de abuso sexual pelos profissionais da escola ao longo de toda a vida escolar.

Em relação às sequelas da violência por professores e funcionários da escola, Brendgen e outros<sup>18</sup> evidenciaram uma relação com diminuição no desempenho escolar e na autoestima no início da adolescência às vítimas. Além disso, o mesmo

estudo aponta sequelas a longo prazo, em que a violência emocional por parte do professor é positivamente relacionada a problemas comportamentais na idade adulta e negativamente relacionado à probabilidade de que os indivíduos tivessem um diploma do ensino médio aos 23 anos. Já Monsvold e outros<sup>29</sup> demonstram que distúrbios psiquiátricos, como ansiedade ou depressão, são mais frequentes em vítimas de violência por funcionário de escola.

Em relação aos fatores de risco para violência por funcionários da escola, Berry<sup>30</sup> apresenta que crianças com dificuldades de atenção e concentração tem mais chances de ser alvo. Doumen e outros<sup>19</sup>, Hassandra<sup>31</sup> e Skalicka e outros<sup>32</sup> salientam que comportamento agressivo da criança é um fator de risco para ser vítimas de violência por parte de funcionários. Já Yen e outros<sup>33</sup> e Wei e outros<sup>34</sup> apontaram que os adolescentes que relataram violência por professores eram mais propensos a ser vítimas em episódios de bullying. Khoury-Kassabri<sup>35</sup> aponta o gênero masculino como um fator de risco.

Quanto a estratégias de prevenção, apenas um estudo investigou empiricamente o tema, utilizando de medida pré e pós-intervenção com grupo controle. Devries e outros<sup>16</sup> aplicaram uma intervenção denominada Good School Toolkit com quatro objetivos principais: 1) desenvolvimento de uma visão coletiva para a escola, 2) criação de um ambiente de aprendizado estimulante, 3) implementação de uma metodologia de aprendizagem em que o aluno tem mais participação e autonomia e 4) fortalecimento da administração escolar. Como resultados, o autor indica que é uma intervenção eficaz para reduzir a violência contra as crianças das escolas ugandesas por funcionários das escolas.

## **DISCUSSÃO**

Apesar de serem os poucos estudos que cumpriam o critério de inclusão, observou-se que todos apontaram um número significativo de vítimas. Em linhas gerais, pode-se afirmar que aproximadamente 15% sofreu alguma violência física e cerca de 30% de violência psicológica por funcionário ao longo da vida<sup>20-22</sup>. A prevalência encontrada nos estudos revisados demonstra a necessidade urgente de maior investigação do fenômeno e globalmente, uma vez que os poucos estudos realizados se concentraram em Israel e Taiwan. Na América Latina, por exemplo, só se encontrou estudos no Brasil. Acredita-se que ocorram poucas investigações sobre

o tema por ser difícil adentrar as escolas para coletar dados com este objetivo, de modo que os funcionários podem sentir-se ameaçados, principalmente, se a qualidade das relações entre professores e alunos for descontextualizada da realidade das escolas, quanto ao excessivo número de alunos por turma, carência de materiais e estrutura física adequadas. Ademais, historicamente, muitas sociedades consideram como estratégias “educativas” o uso de violência física e psicológica, sendo de certo modo um “tabu” interferir em estratégias comumente utilizadas.

Em relação às questões metodológicas, constatou-se que há uma prevalência de pesquisas quantitativas, havendo apenas um estudo qualitativo. Seria importante aumentar o número de pesquisas qualitativas e mistas, de modo a se poder conhecer o fenômeno em um maior espectro e diferentes nuances. Dentre os estudos quantitativos, a maioria se constituiu em estudos transversais (12 artigos), o que pode ser justificado pelo fato de ser uma temática ainda pouco explorada<sup>36</sup> e destes costumarem ser mais rápidos e de baixo custo<sup>37</sup>. Chama a atenção o número de estudos longitudinais encontrados, que apesar de ser apenas cinco, compõe 20% das investigações revisadas. São necessários mais estudos longitudinais, uma vez que estes permitem uma compreensão mais profunda sobre as relações e as dimensões que o fenômeno atinge com o passar do tempo<sup>36</sup>. Dentre os estudos investigados, 15 realizaram análises de regressão, que se caracterizam por auxiliar a compreender como determinadas variáveis influenciam outra variável, ou seja, verificam como uma ou mais variável pode mudar o comportamento de outra<sup>38</sup>. Por fim, como há um número reduzido de estudos sobre o tema que indiquem prevalência, fatores de risco e de proteção ao problema, é de se esperar que haja poucas investigações de estratégias preventivas, as quais necessitam de mais conhecimento na área para que sejam desenvolvidas.

Outro ponto importante sobre os estudos encontrados é a utilização dos instrumentos e questionários de autorrelato na maioria das investigações analisadas. Esse tipo de coleta de dados apresenta uma série de vantagens, como: a) atinge grande número de pessoas; b) implica menores gastos com auxiliares de pesquisa do que entrevistas, c) garante o anonimato das respostas; d) não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado<sup>39</sup>. Dessa forma, quando se pensa no tema, nota-se que é um recurso importante, especialmente quando o tema investigado é situações de vitimização, uma vez que os questionários garantem o anonimato.

No entanto, pode-se descrever como limitações: a) exclui as pessoas que não sabem ler e escrever; b) impede o auxílio ao informante quando este não entende corretamente as instruções ou perguntas; c) não oferece a garantia de que a maioria das pessoas o devolvam devidamente preenchido, d) envolve, geralmente, número relativamente pequeno de perguntas<sup>39</sup>. Acrescenta-se a esse formato a possibilidade de superficialidade, quando se utilizam perguntas fechadas e o viés de memória dos participantes que exigem muito cuidado e tempo de preparação para garantir que todas as opções de respostas sejam oferecidas<sup>37</sup>.

É importante ressaltar que instrumentos de pesquisa precisam ter suas características psicométricas avaliadas, tendo bons índices de validade e precisão. No entanto, observa-se que dentre os instrumentos utilizados nas pesquisas revisadas não havia qualquer escala específica para esse tipo de violência e, por consequência, não há um instrumento de reconhecida qualidade ("padrão-ouro"). Assim, é urgente a necessidade de desenvolvimento de instrumentos específicos para avaliar violência por funcionários e a avaliação das características psicométricas desses instrumentos.

A violência cometida pelos funcionários de escolas, especialmente nas modalidades física, psicológica e negligência, não deve ser entendida como um fenômeno diverso do conceito de violência escolar, como se os atos violentos fossem unidirecionais, não sendo resultado das interações que se estabelecem entre os diversos personagens escolares (alunos, pais, outros funcionários, gestores, etc.) e, até mesmo, diverso da relação entre funcionários e condições estruturais (recursos físicos, carga horária de trabalho, remuneração, etc.). A violência escolar pode ocorrer dentro da escola (em uma sala de aula, um corredor, um pátio, etc.) ou em outros locais que estão ligados a ela<sup>40</sup>. Uma outra faceta da violência que surge na revisão é o abuso sexual infantil. A violência sexual contra crianças e adolescentes se caracteriza por uma ampla série de ações, sendo definida pela OMS em 1999:

Abuso sexual infantil é o envolvimento de uma criança em atividade sexual que ele ou ela não compreende completamente, é incapaz de consentir, ou para a qual, em função de seu desenvolvimento, a criança não está preparada e não pode consentir, ou que viole as leis ou tabus da sociedade. O abuso sexual infantil é evidenciado por estas atividades entre uma criança e um adulto ou outra criança, que, em razão da idade ou do desenvolvimento, está em uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1999, p. 7).

Quando o abuso sexual ocorre, a vítima pode desenvolver uma série de sequelas a curto e longo prazo, impactando inclusive sua qualidade de vida<sup>41</sup>. A maioria dos abusadores sexuais é íntimo da criança ou adolescente, por isso o ambiente escolar por suas características precisa estar preparado para prevenir esse tipo de violência.

Com relação às consequências da violência por funcionários, os estudos apresentam um efeito negativo atrelado à própria escolarização (rendimento acadêmico, evasão escolar)<sup>18,29</sup> e também um efeito mais geral, relativo à saúde mental e física. Nesse aspecto, estudos com alunos sobre maus-tratos infantis, não se restringindo à violência por funcionários, já demonstraram que a violência física na infância e adolescência deve ser considerada um grave problema de saúde pública em todo o mundo, pois pode afetar a saúde mental<sup>42</sup>. Dentre as consequências entre às vítimas, têm-se: distúrbio de humor, distúrbios neurológicos, problemas de sono e perdas significativas e persistentes de qualidade de vida na idade adulta<sup>43</sup>. Além das sequelas físicas e emocionais provocadas nas crianças, pode ocorrer a internalização de um modelo agressivo entre as crianças vítimas de violência física<sup>42</sup>. Contreras e outros<sup>9</sup> apresentam que os homens que sofreram violência, incluindo o castigo corporal, durante a infância, são mais propensos a perpetrar a violência em parceiros íntimos, a se envolver em brigas fora de casa ou em conflitos com a lei e a ter baixa autoestima.

Tendo-se discutido as possíveis consequências da violência por funcionários a estudantes, cabe mencionar a existência de fatores de risco associados a esse tipo de violência por parte das vítimas, entre eles: história prévia de violência, consumo de drogas, álcool ou cigarro, histórico de vitimização ou agressão de pares, associação com pares delinquentes, pouca proteção social, baixo engajamento escolar e vulnerabilidade social<sup>25,44-45</sup>. Para explicar estes fatores de risco, hipotetiza-se: a) que haja funcionários de escolas que percebem como justo e adequado utilizar de violência para corrigir alunos que apresentam comportamentos “indesejáveis”, b) que há professores que não tiveram formação adequada para lidar com alunos que têm respostas agressivas e de desobediência e c) a agressão por parte do funcionário costuma ser uma reação às respostas inadequadas dos alunos, por dificuldade de autocontrole.

É de suma importância que estudos futuros investiguem quais são os fatores de risco dos funcionários, da escola e, mesmo, das políticas educacionais que

aumentam as chances de práticas de violência a alunos. Acredita-se, no caso brasileiro, que os professores enfrentam uma série de entraves para realizar suas funções, como: a necessidade do cumprimento de metas irrealistas, devido às condições de trabalho; os excessos de atividades extraclasse, relações interpessoais conflituosas entre colegas de trabalho e, às vezes, falta de estrutura escolar. Ademais, se defrontam, muitas vezes, com alunos pouco motivados e agitados<sup>46</sup>. Todas estas condições se relacionam à saúde mental do professor e à qualidade da relação que estabelece com os alunos, as quais vem sendo apontada como precárias<sup>46-48</sup>. A profissão de docente hoje é apontada como uma das mais estressantes e debilitantes. Especula-se que a negligência de condições de trabalho adequadas, acarreta uma saúde mental empobrecida que pode facilitar reações violentas a alunos, especialmente, aos que apresentam comportamentos agressivos, de indisciplina, de porte de armas e abuso de substâncias.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se: a inclusão apenas de textos em inglês ou português, a realização da busca apenas no periódico Capes e a utilização de apenas cinco descritores para a busca. Ainda que não seja uma limitação metodológica do estudo, o fato de se ter encontrado poucas investigações sobre o tema implica que os resultados apontados não podem ser generalizados amplamente, devido ao fato que os estudos ocorreram em poucos países e nem sempre foram abrangentes o suficiente em cada país.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No cotidiano das crianças e adolescentes, os funcionários das escolas, especialmente, os professores, exercem um papel central, sendo os profissionais que mais convivem com estas. Diante disso, o objetivo dessa revisão foi conhecer, por meio da literatura nacional e internacional, o fenômeno da violência realizada por professores e funcionários a alunos. Assim, a revisão da literatura identificou o pouco número de estudos sobre a violência cometida por funcionários e professores a estudantes. Na literatura brasileira foi encontrado apenas três estudos sobre a temática e na literatura internacional não foi encontrada nenhuma revisão de literatura. Esses dados apontam para a deficiência de estudos sobre o tema, uma vez que parece que ele não vem sendo significativamente explorado em âmbito nacional e internacional. De modo geral, os estudos selecionados nesta revisão têm mostrado

que há uma prevalência significativa dessa violência em diversas culturas, sendo importante intervenções a respeito. Por fim, considerando a carência de estudos brasileiros acerca dessa temática, nota-se a necessidade da realização de estudos descritivos sobre aspectos da violência de funcionários ou professores a estudantes em diversas fases e contexto da vida escolar, e principalmente sobre os impactos para os estudantes (expectativas, sentimentos e vivências).

## **AGRADECIMENTOS**

Os autores gostariam de agradecer ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e à Universidade Estadual do Ceará.

## **REFERÊNCIAS**

1. (ZAGO, 2015)
2. Garbin CAS, Dias IA, Rovida TAS, Garbin AJI. Desafios do profissional de saúde na notificação da violência: obrigatoriedade, efetivação e encaminhamento. *Ciência e Saúde Coletiva* 2015;20(6):1879-1890.
3. Nórtte CE. As vítimas da violência: entre discursos científicos e biopolíticas do contemporâneo. *Psicologia e Sociedade* 2015;27(4):169-178.
4. (BONVICINI,2015)
5. CDC (2015)
6. (DEL PRIORI, 2017).
7. Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura. *School violence and bullying: global status report*. Paris: UNESCO; 2017. 54 p.
8. Teixeira EC, Kassouf AL. Impacto da violência nas escolas paulistas sobre o desempenho acadêmico dos alunos. *Economia aplicada* 2015;19(6):221-240.
9. Contreras M, Heilman B, Barker G, Singh A, Verma R, Bloomfield J. *Bridges to adulthood: understanding the lifelong influence of men's childhood experiences of violence: analyzing data from the international men and gender equality survey*. Washington: ICRW; 2012.
10. Stelko-Pereira AC, Santini PM, Williams LCA. Punição corporal aplicada por funcionários de duas escolas públicas brasileiras. *Psicologia em Estudo* 2011;16(12):581-591.

11. Timmerman G. Sexual harassment of adolescents perpetrated by teachers and by peers: an exploration of the dynamics of power, culture and gender in secondary schools. *Sex Roles* 2003;48(5):231-244.
12. (MARTINS, 2015)
13. Feres MFN, Flores-Mir C, Lemos MM, Roscoe MG. Avaliação da qualidade dos relatos de revisões sistemáticas publicadas em periódicos nacionais ortodônticos. *Revista da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas* 2016;70(3):290-301.
14. Whitted D. Do teachers bully students? findings from a survey of students in an alternative education setting. *Children & Schools* 2008;40(4):329-341.
15. Troop-Gordon W, Ladd GW. Teachers' victimization-related beliefs and strategies: associations with students' aggressive behavior and peer victimization. *Journal of abnormal child psychology* 2015;43(1):45-60.
16. Devries KM, Knight L, Child JC, Mirembe A, Nakuti J, Jones R, Sturgess J, Allen E, Kyegombe N, Parkes J, Walakira E, Elbourne D, Watts C, Naker D. The good school toolkit for reducing physical violence from school staff to primary school students: a cluster-randomized controlled trial in Uganda. *The Lancet Global Health* 2015;3(7):378-386.
17. Khoury-Kassabri M, Astor RA, Benbenishty R. Student victimization by school staff in the context of an Israeli national school safety campaign. *Aggressive Behavior* 2008;34(1):1-8.
18. Brendgen M, Wanner B, Vitaro F, Bukowski WM, Tremblay RE. Verbal abuse by the teacher during childhood and academic, behavioral, and emotional adjustment in young adulthood. *Journal of Educational Psychology* 2007;99(1):26-38.
19. Doumen S, Verschuren K, Buyse E, Germeijs V, Luyckx K, Soenens B. Reciprocal relations between teacher-child conflict and aggressive behavior in kindergarten: a three-wave longitudinal study. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology* 2008;37(3):588-599.
20. Chen JK, Wei HS. The impact of school violence on self-esteem and depression among Taiwanese junior high school students. *Social Indicators Research* 2011;100(3):479-498.
21. Benbenishty R, Zeira A, Astor RA. Children's reports of emotional physical and sexual maltreatment by educational staff in Israel. *Child Abuse and Neglect* 2002;26(8):763-782.
22. Khoury-Kassabri M. The relationship between staff maltreatment of students and

bully-victim group membership. *Child Abuse and Neglect* 2006;30(6):691-707.

23. Pianta RC. *STRS: student-teacher relationship scale: professional manual*. Lutz: PAR; 2001.

24. Knight L, Nakuti J, Allen E, Gannett KR, Naker D, Devries KM. Are school-level factors associated with primary schools students' experience of physical violence from school staff in Uganda? *International Health* 2016;8(1):27-35.

25. Stelko-Pereira, Santini e Williams (2011).

26. Khoury-Kassabri M, Attar-Schwartz S, Zur H. The likelihood of using corporal punishment by kindergarten teachers: the role of parent-teacher partnership, attitudes, and religiosity. *Child Indicators Research* 2014 Feb;7(2):369-386.

27. Khoury-Kassabri M, Astor RA, Benbenishty R. Preventing and coping with violence in the education system: a policy proposal. *Dapim* 2008;46(1):93-114.

28. Lee HJ. Prevalence and predictors of self-reported student maltreatment by teachers in south korea. *Child Abuse and Neglect* 2015;46(1):113-120.

29. Monsvold T, Bendixen M, Hagen R, Helvik AS. Exposure to teacher bullying in schools: a study of patients with personality disorders. *Nordic Journal of Psychiatry* 2011;65(5):323-329.

30. Berry D. Inhibitory control and teacher-child conflict: reciprocal associations across the elementary school years. *Journal of Applied Developmental Psychology* 2012;33(1):66-76.

31. Hassandra M. Physical education teacher's verbal aggression and students' fair play behaviors. *The Physical Education* 2007;64(2):94-101.

32. Skalicka V, Belsky J, Stenseng F, Wichstrøm L. Preschool-age problem behavior and teacher-child conflict in school: direct and moderation effects by preschool organization. *Child Dev.* 2015;86(3):955-964.

33. Yen CF, Ko CH, Liu TL, Hu HF. Physical child abuse and teacher harassment and their effects on mental health problems amongst adolescent bully victims in Taiwan. *Child Psychiatry and Human Development* 2015;46(5):683-692.

34. Wei HS, Williams JH, Chen JK, Chang HY. The effects of individual characteristics, teacher practice, and school organizational factors on students' bullying: a multilevel analysis of public middle schools in Taiwan. *Children and Youth Services Review* 2010;32(1):137-143.

35. Khoury-Kassabri M. The relationship between staff maltreatment of students and bully-victim group membership. *Child Abuse and Neglect* 2009;33(12):914-923.

36. ROUQUEIROL, 2013
37. Gerhardt DTSTE. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: UAB/UFRGS; 2009.
38. (GLANTZ, 2013).
39. Chaer G, Diniz RRP, Ribeiro EA. A técnica do questionário na pesquisa educacional. *Evidência* 2011;7(1):251-266.
40. Stelko-Pereira AC, Williams LCA. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. *Temas em Psicologia* 2010;18(1):45-55.
41. Matos KJN. Associação da violência sexual na infância com qualidade de vida entre universitários [dissertação]. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará; 2015.
42. Rahim ST. As implicações da violência doméstica contra crianças e adolescentes na construção da subjetividade/identidade: um estudo de caso de uma Escola Estadual do Sul de Santa Catarina [dissertação]. Florianópolis: Unisul; 2015.
43. Annerback EM, Sahlqvist L, Svedin C, Wingren G, Gustafsson P. Child physical abuse and concurrence of other types of child abuse in Sweden: associations with health and risk behaviors. *Child Abuse and Neglect* 2012;36(7):585-595.
44. MATOS; PINTO; STELKO-PEREIRA, 2018.
45. Valle JE, Stelko-Pereira AC, Sá LGC, Williams LCA. Bullying, vitimização por funcionários e depressão: relações com o engajamento emocional escolar. *Psicologia Escolar e Educacional* 2015;19(12):463-473.
46. Almeida TFS, Sartori J. Relação entre desmotivação e o processo ensino-aprendizagem. *Monografias Ambientais* 2012;8(8):1870-1886.
47. Rocha RER, Prado Filho K, Silva FN, Boscari M, Amer SAK, Almeida DC. Sintomas osteomusculares e estresse não alteram a qualidade de vida de professores da educação básica. *Fisioterapia e Pesquisa* 2017;24(9):259-266.
48. Petterle MVTGSCA, Souza MJSS. Sofrimento mental de professores do ensino público. *Saúde em Debate* 2018;42(1):87-99.

#### 4.3 ARTIGO 3 – REVISTA EDUCAR EM REVISTA - VIOLÊNCIA COMETIDA POR FUNCIONÁRIOS DE ESCOLA ASSOCIA-SE A BULLYING E COMPORTAMENTO DE RISCO DOS ESTUDANTES?

Violência cometida por funcionários de escola associa-se a bullying e comportamento de risco dos estudantes?

Violence carried out by school staff related to student bullying and risky behavior?

**RESUMO:** Ações violentas por parte de funcionários (VPF) de escolas a estudantes são pouco estudadas cientificamente. Este estudo investigou como a violência cometida por funcionários se associa a bullying e comportamento de risco dos estudantes. Participaram da pesquisa 1268 estudantes de escolas públicas entre o 6º e 9º ano do Ensino Fundamental, sendo de Curitiba (65,8%), São Paulo (12,7%), Fortaleza (11,3%), São Carlos (6,3%) e Pouso Alegre (3,9%), os quais responderam à Escala de Violência Escolar. A VPF mais prevalente foi a negligência diante da violência entre alunos (22%), seguida da violência disfarçada por práticas escolares (18%) e violência explícita (13%). Análises de regressão logística indicaram que as variáveis idade e gênero não predizem significativamente a VPF, mas ser vítima ou autor de bullying, carregar arma de fogo e usar drogas ilícitas predizem. Sugere-se que os funcionários se sentem “autorizados” a exercer práticas violentas em alunos com comportamentos indesejados socialmente, seja por possivelmente terem a crença de que práticas violentas podem ser educativas ou por acreditar que fazem justiça às vítimas de bullying. É importante em estudos futuros incluir uma amostra maior e mais diversa, tendo outros informantes, para além dos alunos. O estudo evidencia um fenômeno preocupante, sendo essenciais estudos futuros para embasar práticas mais efetivas no controle e prevenção dessa violência.

**Palavras-chave:** Docentes; Violência; Bullying; Armas.

**ABSTRACT:** Violent actions by staff (VAS) from school staff to students are poorly studied scientifically. This study investigated how employee violence is associated with bullying and risky student behavior. 1268 students from public schools between the 6th and 9th grade of elementary school participated in the research, from Curitiba (65.8%), São Paulo (12.7%), Fortaleza (11.3%), São Carlos (6.3%) and Pouso Alegre

(3,9%), who answered the School Violence Scale. The most prevalent VAS was neglect of student violence (22%), followed by violence disguised as school practices (18%) and explicit violence (13%). Logistic regression analysis indicated that age and gender do not significantly predict VAS, but being a victim or perpetrator of bullying, carrying a firearm and using illicit drugs do. It is suggested that staff feel “authorized” to engage in violent practices with students with socially unwanted behavior, either because they may have the belief that violent practices may be educational or because they believe that they do justice to victims of bullying. It is important, in future studies to include a larger and more diverse sample, with informants other than students. The study evidences a worrying phenomenon, being future studies essential to establish more effective practices in the control and prevention of this violence.

**Keywords:** Teachers; Violence; Bullying; Guns.

## INTRODUÇÃO

A violência cometida no ambiente escolar vem chamando cada vez mais atenção da sociedade e de pesquisadores. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2017) apresenta que cerca de um bilhão de crianças frequentam a escola no mundo, no entanto, parte dessas crianças não desfrutam do seu direito a uma educação de qualidade, em um ambiente seguro e estimulante, uma vez que em muitos casos estão expostas à violência na escola. O bullying, o cyberbullying e outras formas de violência na escola são cada vez mais registrados (UNESCO, 2017; WACHS, 2018). Estima-se que 246 milhões de crianças e adolescentes por ano experimentam algum tipo de violência dentro da escola (UNESCO, 2011).

Para além da violência entre pares nas escolas, esta pode ser cometida por funcionários, sendo este tipo de violência pouco investigado (no prelo Matos, 2019). Por se tratar de adultos praticando violência a crianças e adolescentes, o fenômeno se insere no conceito de maus-tratos infantis. Maus-tratos infantis se define como: qualquer ato envolvendo violência física, emocional, sexual, ações de abandono ou negligência, exploração de qualquer natureza que derivem em danos à saúde ou ao desenvolvimento da criança, havendo uma relação de cuidado, confiança e poder (OMS, 2012). Porém, cabe ressaltar que a relação de cuidado no contexto escolar

envolve também a relação de ensino dos conhecimentos acumulados pela sociedade, uma vez que é nesse espaço que ocorre a aquisição de saberes e práticas que auxiliam no desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para a inclusão, nas mais diversas esferas da sociedade (KUENZER, 2017).

Por tratar-se de uma violência ainda pouco investigada, não é comum que países tenham legislação sobre a temática. Porém, não é o caso do Brasil, que ainda no século XIX proibiu castigos físicos em ambiente escolar (FARIA FILHO, 2000). No entanto, só em 26 de junho de 2014, que é feita a alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente que estabelece o direito de crianças e adolescentes de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante.

Apesar da existência de leis que protegem às crianças e adolescentes de violência por adultos no Brasil, estudos nacionais apontam a existência da violência cometida por funcionários a alunos. Na pesquisa de Silva (2013) com 184 alunos da graduação do curso de Pedagogia em uma Universidade de São Paulo apresentou-se que durante o Ensino Básico os agressores em sua maioria eram professoras do sexo feminino e de disciplinas de exatas. Já Valle *et al.* (2015) investigaram a associação entre violência escolar e depressão em 634 alunos, com idade média de 13,6 anos, de duas escolas públicas do interior de São Paulo. Os autores apontaram que a vitimização por funcionários é significativamente relacionada à autoria de bullying; porém, há uma relação positiva com gravidade de vitimização por bullying e uma relação negativa com o engajamento escolar. Portanto, vítimas de violência por funcionários tendem a ser vítimas e autores de bullying e a terem diminuição no seu rendimento escolar.

Outros estudos nacionais também associam a VPF com histórico de violência entre pares (autoria e vitimização), uso indiscriminado de drogas, álcool ou cigarro, associação com colegas com problemas de comportamento externalizantes, pequena rede de proteção social, baixo engajamento escolar e vulnerabilidade social (STELKO-PEREIRA; SANTINI; WILLIAMS, 2011; VALLE *et al.*, 2015).

Pesquisas internacionais também apontam dados importantes sobre o fenômeno. Khoury-Kassabri, Attar-Schwartz e Zur (2014) apresentam um dos maiores e mais importantes estudos longitudinais sobre vitimização física, emocional e sexual em escolares vitimados pela equipe educacional. Sua pesquisa teve 17.465 estudantes da 4ª à 11ª série em 319 de Israel. Entre os resultados, destacam-se:

30% dos estudantes relatou ter sofrido algum tipo de violência emocional, 15% violência física e 7,6% violência sexual. Já em relação a perfil das vítimas, o estudo apontou que meninos, imigrantes e envolvidos em bullying são mais propensos a sofrerem violência por parte dos profissionais.

Ainda que estes estudos sobre VPF sejam importantes, são escassos, e é necessário ainda analisar conjuntamente a influência de variáveis (sexo, idade, envolvimento em bullying, uso de drogas lícitas e ilícitas e porte de armas) na VPF, a qual deve ser mensurada amplamente, seja quando os atos violentos são mais explícitos (agredir fisicamente e verbalmente, por exemplo), ou disfarçados de práticas pedagógicas (e.g., diminuir notas injustamente) ou por negligência (não proteger diante de agressões físicas por parte de outros alunos). Conhecer os fatores de risco para sofrer VPF é importante, pois conforme Sousa et al (2016) em um estudo com 106 alunos de uma escola pública de Fortaleza, Ceará, em região de baixo status socioeconômico e com histórico de altos índices de violência, notou-se haver correlação positiva significativa entre estresse infantil e VPF.

Assim, é importante investigar quanto a VPF ocorre e os fatores relacionados/associados ao problema. Dessa maneira, este estudo se propõe a investigar como a violência cometida por funcionários se associa a bullying e comportamento de risco dos estudantes.

## **MÉTODO**

### **Participantes**

Participaram deste estudo 1268 estudantes, sendo a maioria do sexo feminino (53,2%), com idades variando entre 10 e 17 anos ( $M = 13,02$ ;  $DP = 1,34$ ). Os estudantes eram provenientes das cidades de Curitiba (65,8%), São Paulo (12,7%), Fortaleza (11,3%), São Carlos (6,3%) e Pouso Alegre (3,9%). Quanto a série, 22,7% estavam na 6ª série, 29,6% na 7ª série, 29,3% da 8ª série e 18,4% na 9ª série.

### **Instrumentos**

Escala de Violência Escolar versão alunos desenvolvida por Stelko-Pereira, Albuquerque e Williams (2012) e que tem como objetivo avaliar a ocorrência e

gravidade de violência escolar e bullying vivenciados e praticados por alunos. Esta escala é subdividida em Escala de Vitimização de Funcionários a Alunos (EVAF), Escala de Vitimização a Alunos (EVA), Escala de Autoria de Violência entre Alunos (EAVA) e Escala de Comportamentos de Risco na Escola (ECRE), descritas a seguir.

Escala de Vitimização de Funcionários a Alunos (EVAF). Esta escala contém 14 questões respondidas em escala Likert de cinco pontos, como: “Nos últimos 6 meses, algum funcionário (professor, inspetor) da sua escola: 1). Destruiu seus materiais de propósito? 2). Roubou ou furtou seus materiais? 3). Diminui sua nota por não gostar de você? 4). Não te protegeu quando os outros alunos te agrediram? 5). Te agrediu fisicamente? As opções de resposta das questões de frequência são: “nenhuma vez”, “uma ou duas vezes”, “três ou quatro vezes”, “cinco ou seis vezes”, “sete vezes ou mais” e dos itens de impacto se referem a: “um pouco”, “médio”, “muito” e “muitíssimo”. A escala é formada por três fatores: violência explícita, disfarçada por práticas escolares e negligência, os quais conjuntamente explicam 57,9% da variância, obtendo um índice de consistência interna de 0.85.

Escala de Vitimização entre Alunos (EVA) que, conforme estudo de Stelko-Pereira, Williams e Ambiel (submetido), notou-se que a escala é formada por dois fatores: vitimização presencial e vitimização virtual, os quais conjuntamente explicam 42% da variância, obtendo um índice de consistência interna de 0.85. Adicionalmente, obtendo-se um índice de precisão de teste-reteste para o escore global de 0.64, ou seja, favorável, e há evidências de validade convergente com a Escala de Estresse Infantil (ESI), tendo-se percebido correlações positivas significativas superiores a 0.65.

A Escala de Autoria de Violência entre Alunos (EAVA), conforme investigação de Stelko-Pereira, Williams e Valle (em preparo) é formada por dois fatores: autoria presencial (11 itens) e autoria virtual (5 itens), os quais conjuntamente explicam 53.7% da variância e obtiveram um índice de consistência interna de 0.91. Adicionalmente, há evidências de validade convergente com o Questionário de Comportamentos Agressivos e Reativos entre Pares (Q- CARP) (BORSA; BANDEIRA, 2014) e divergente com as Escala Feminina e Masculina de Autocontrole (EFAC, EMAC) (SISTO; RUEDA, 2008).

Para além destas escalas, a EVE também engloba cinco questões referentes a características demográficas (data de nascimento, gênero, série e etnia) e cinco questões referentes a comportamentos de risco na escola: 1) Fumou? 2) Bebeu

álcool? 3) Usou drogas (como: maconha, cocaína, craque, cola)? 4) Carregou uma arma como faca e estilete para se proteger ou ameaçar? e 5) Carregou revólver para se proteger ou ameaçar?

### **Cuidados éticos**

A coleta em cada uma das cidades participantes apenas ocorreu após aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, de cada uma das instituições em que os pesquisadores que aplicaram o EVE se vinculavam, sendo essas: Universidade Tuiti do Paraná (CAAE 12501513.9.00000103), Universidade Federal de São Carlos (CAAE 12487813.2.0000.5504), Universidade de São Paulo (CAAE 04741913300005561) e Universidade Estadual do Ceará (CAAE25377913.6.0000.5534).

### **Procedimento**

Após aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa, realizou-se contato com a direção de cada escola do estudo, de modo a buscar autorização para a coleta de dados. Posteriormente à aprovação do diretor, os pesquisadores foram nas salas das turmas selecionadas, explicaram os objetivos da pesquisa e a relevância da mesma, destacando o caráter voluntário da pesquisa. Foram entregues Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os quais foram assinados pelos responsáveis dos alunos, recusando ou aceitando a participação destes. Somente participaram dos estudos, os alunos cujos pais tenham consentido a participação e que simultaneamente tinham interesse em participar, assinando Termos de Assentimento (TA). Os questionários foram preenchidos em horário letivo e nas salas de aulas dos mesmos. Como critério de inclusão,

Apenas participaram os estudantes do 6º. ao 9º. ano do Ensino Fundamental e que tivessem apresentado TCLEs e TAs assinados. Foram excluídos alunos que não estavam presentes no dia na coleta de dados.

### **Análise dos dados**

Os dados foram tabulados e analisados através do software SPSS versão 21. Os dados relativos à frequência e gravidade da VAF foram analisados de modo descritivo, por porcentagem. Em seguida, fez-se regressão logística por máxima verossimilhança em que analisou-se a vitimização por funcionários, envolvendo o desfecho vítima (a partir da média em que eles foram considerados pouco envolvidos ou muito envolvidos) e não-vítima com as seguintes explicativas: idade (menos de 12 anos e mais de 12 anos), sexo (masculino, feminino), porte de arma na escola (sim e não), autoria em bullying (sim e não), vitimização em bullying (sim ou não), fumar na escola (sim ou não), usou álcool na escola (sim ou não) e usou drogas ilícitas na escola (sim ou não). Para avaliar o envolvimento em bullying, primeiramente foram calculados os escores dos participantes na EVA e EAVA e, em seguida, estes foram categorizados como “não envolvidos” se menores ou iguais a média, menos o desvio padrão ou “envolvidos” se maior ou igual a média mais o desvio padrão.

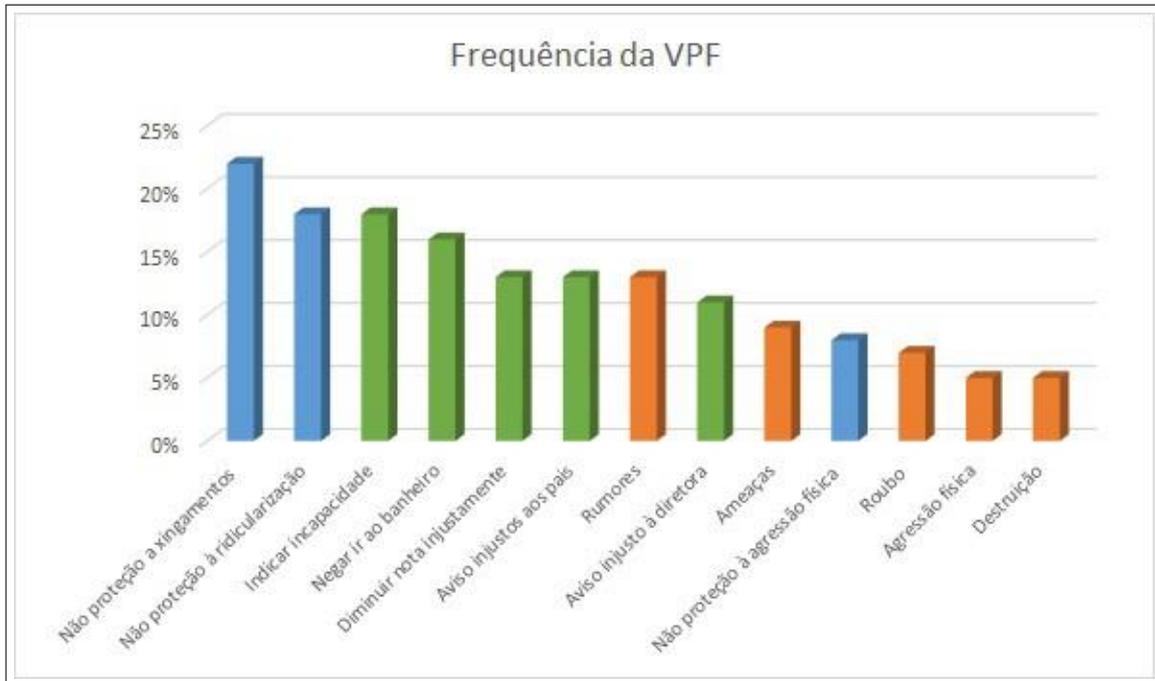
As análises de regressão linear hierárquica ocorreram com método enter, avaliando o efeito dos fatores do bullying na pontuação total e nos escores de violência explícita, disfarçada de práticas pedagógicas e por negligência da Escala de Violência do Professor e Funcionários (EVAF), controlando o efeito das variáveis idade e gênero dos alunos. Para tanto, foram computadas duas equações para cada variável-critério, sendo que na primeira foram inseridas as variáveis sociodemográficas (idade e gênero) como preditoras, e na segunda, além das variáveis sociodemográficas, foram inseridos o envolvimento em bullying e em comportamentos de risco.

## **RESULTADOS**

Ocorreram situações de violência a alunos por funcionários de todos os tipos (ex- plícita, negligência e disfarçadas de práticas educativas). A Figura 1, a seguir, apresenta a porcentagem de alunos que se declararam vítimas destas situações. Observou-se que os alunos afirmaram mais vezes que os funcionários não protegeram de xingamentos e ridicularização do que da agressão física. Já quanto aos eventos de violência disfarçada por práticas educativas, o mais prevalente foi indicar incapacidade e diminuir notas injustamente, enquanto enviar avisos

injustos aos pais e à diretora ocorreram em frequências parecidas, a aproximadamente 13% dos estudantes. Observou-se que entre 5 a 13% dos participantes sofreram violência direta por funcionários, sendo mais relatado ser alvo de rumores.

FIGURA 1 – GRÁFICO DE FREQUÊNCIA DA VIOLÊNCIA POR FUNCIONÁRIO



Fonte: elaborado pelas autoras.

A Figura 1 apresenta dentre os que disseram ter sofrido VPF, a porcentagem de alunos que afirmaram que esta teve um impacto negativo a eles. Em todas as situações, mais de 70% dos que foram VPF declararam ter acarretado que estes atos do(s) funcionário(s) os prejudicou, tendo sido maior para a situação de negligência diante de agressões físicas por pares e de agressão física pelo próprio funcionário e menor para quando o(s) funcionário(s) realizaram ameaças.

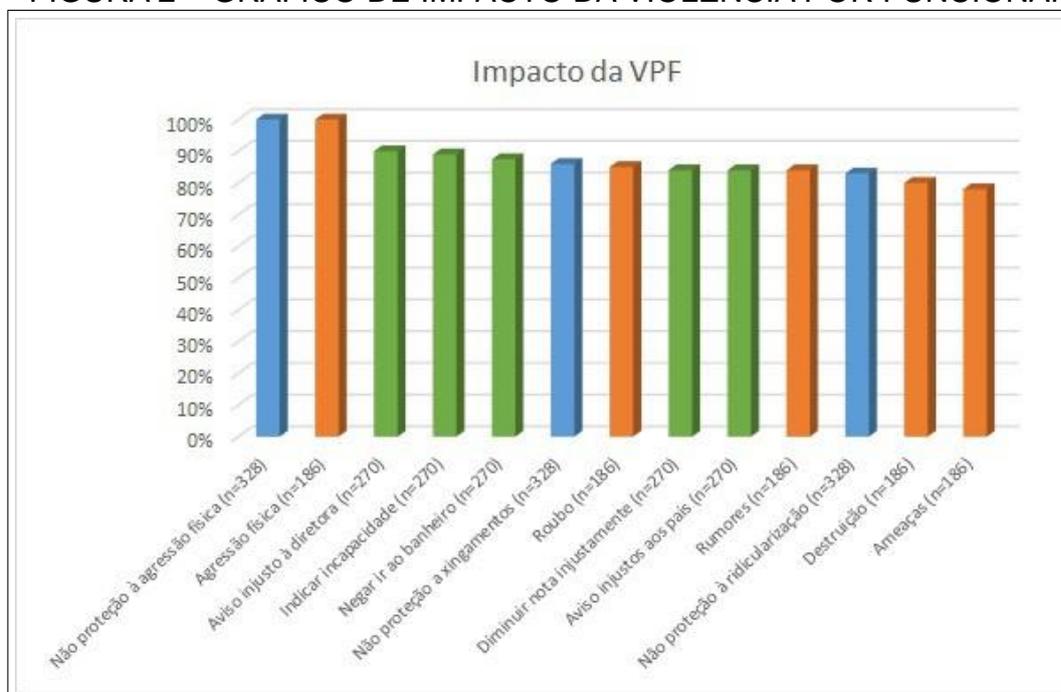
Quanto ao porte de arma na escola, 2% afirmou que levou arma branca e 1% arma de fogo. Ocorreu de 3,5% afirmar já ter fumado cigarros na escola, 10,2% ter ingerido álcool na escola e 1,2% ter utilizado drogas ilícitas na escola. Segundo o critério estabelecido neste estudo, relativo à média e desvio-padrão, houve 10% de autores de bullying e 18% de vítimas.

Conforme Tabela 1, ser vítima ou autor de bullying predissem positivamente e significativamente ser vítima de violência explícita, de práticas violentas disfarçadas de educativa, de negligência diante da vitimização por alunos e de todas estas

violências, em um escore total. Já idade e sexo não foram variáveis relevantes na VPF, seja quando se analisou os tipos de VPF separadamente ou conjuntamente. Em relação aos comportamentos de risco (consumo de substâncias e porte de armas), estes apresentaram influências diferentes de acordo com o tipo de VPF e, quando se relacionaram significativamente, o foram de modo marginal. Houve relações positivas entre ingerir álcool na escola e violência disfarçada de práticas educativas, fumar e violência explícita e porte de armas de fogo com violência explícita e total. No entanto, houve também relações negativas entre consumir drogas ilícitas e violência explícita, portar armas brancas e violência explícita e portar arma branca e negligência. Por fim, quanto à idade e sexo, seja quando se analisou o escore total de VPF ou por tipo de VPF, estas não foram variáveis significativamente relevantes.

As variáveis relativas a bullying e comportamentos de risco explicaram a VPF, pois o R2 de VPF apresentou 0,42, já negligência, violência disfarçada e agressão explícita seguiram respectivamente os valores 0,36, 0,28 e 0,25, isto é, ao menos 25% da variância nas respostas relativas a VPF foram explicadas pelas variáveis do estudo.

FIGURA 2 – GRÁFICO DE IMPACTO DA VIOLÊNCIA POR FUNCIONÁRIO



Fonte: elaborado pelas autoras.

TABELA 1 – PESOS DE REGRESSÃO PADRONIZADOS E NÃO PADRONIZADOS

	Agressão direta		Violência disfarçada		Omissão		Violência Funcionário	
	B	$\beta$	B	$\beta$	B	$\beta$	B	$\beta$
<b>Constante</b>	1,0		1,07		1,4		1,14	
<b>Idade</b>	0,0	0,04	0,01	0,04	-	-0,03	0,01	0,02
<b>Gênero</b>	0	0	0,03	0,03	0,0	0,05	0,02	0,03
<b>Constante</b>	0,3		0,1		-		0,15	
<b>Idade</b>	0,0	0,04	0,01	0,03	-	-0,01	0,01	0,02
<b>Gênero</b>	-	-0,03	0,01	0,01	0,0	0,02	0	0
<b>Vitimização</b>	0,2	0,30**	0,35	0,30**	0,6	0,46**	0,36	0,43**
<b>Autoria</b>	0,2	0,26**	0,52	0,30**	0,4	0,22**	0,41	0,32**
<b>Fumar</b>	0,0	0,07*	-0,05	-0,04	-	-0,04	0	0
<b>Ingerir álcool</b>	0,0	0,01	0,06	0,07*	-	-0,01	0,02	0,03
<b>Drogas ilícitas</b>	-	-0,10*	-0,1	-0,03	0,0	0,01	-0,11	-0,05+
<b>Arma branca</b>	-	-0,06*	0,01	0,01	-	-0,06*	-0,07	-0,04
<b>Arma de fogo</b>	0,09	0,08*	-0,020		0,16	0,05	0,18	0,05*
<b>R<sup>2</sup></b>		0,25		0,28		0,36		0,43

Nota – \* p < 0,05; \*\* p < 0,001 + p = 0,07

Fonte – Elaborado pelas autoras.

## DISCUSSÃO

Em relação à frequência de VPF encontrada, observou-se que a taxa encontrada no atual estudo está próxima da revisão de literatura de Matos (2015) que apresenta a violência física por funcionários de escolas varia de 3% a 22% e a violência psicológica/emocional de 28,3% a 30,7%. Acredita-se que esse padrão de a violência física ser a menos prevalente, relaciona-se ao fato de se tratar de uma violência mais perceptível e por isso mais provável de ser punida. Assim, violências psicológicas, negligências ou disfarçadas de práticas educativas apresentaram as maiores frequências de ocorrência.

Quanto ao impacto da VPF relatado pelas vítimas, em todas as tipologias de violência estudada foi relatado que houve impacto negativo por mais de 90% dos que foram vítimas. Estes resultados estão condizentes com a literatura que apresenta sequelas a curto prazo, como diminuição no engajamento escolar e na autoestima do aluno Valle et al. (2015) e estresse Souza et al. (2015). Já a longo prazo, pode relacionar-se com distúrbios psiquiátricos, como: ansiedade e depressão.

Já quanto a prevalência de bullying (10% autores e 18% vítimas), esta é similar à encontrada no estudo de Marcolino *et al.* (2018) que apontou 8,4% de autores, mas inferior à quantidade de vítimas (29,5%) Ao se comparar com resultados do estudo do PENSE (2016) a vitimização seria maior, pois no estudo nacional diante da pergunta “Sofreram bullying na maior parte das vezes ou sempre” houve cerca de 8% de prevalência. Hipotetiza-se que essas diferenças estatísticas estejam relacionadas ao tipo de instrumento utilizado, que estão associados a natureza, a frequência e intensidade da violência e naturalmente acabam por encontrar prevalências diferentes, testemunhando ser essencial a busca por padronização de instrumentos de pesquisa.

Há investigações nacionais e internacionais que descobriram associações positivas entre bullying e consumo de álcool e outras drogas, bullying e porte de armas. Andrade *et al.* (2012) identificaram a associação entre o consumo de álcool e outras drogas e o bullying entre adolescentes de 13 a 15 anos, em escolas públicas e privadas no Brasil, a partir de dados do Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar de 2009, percebendo associações com ser vítima ou autor, sem diferença entre sexos.

Marcolino (2018) ao analisar respostas de 678 estudantes de escolas urbanas públicas municipais nas séries do 6o ao 9o ano do Ensino Fundamental, do município de Campina Grande, Paraíba, notou que os estudantes que fumam na escola apresentam 0,40 mais chances de praticar bullying contra colegas, os que consomem bebida alcoólica na escola possuem 0,28 mais chances de serem agressores de bullying. O dado, também, exibe 47,43 mais chances da vítima de bullying ser vítima de violência escolar demonstrando que há maior probabilidade dos estudantes vítimas de bullying sofrerem violência escolar confrontando-se com os adolescentes estudantes que não sofreram. Gomes (2011) em revisão de literatura apresentou que o uso de álcool e drogas entre os escolares está relacionado ao comportamento agressivo e envolvimento em violência no ambiente escolar.

O porte de armas nas escolas investigadas não se trata de novidade para os pesquisadores, uma vez que a pesquisa PENSE (2016) já apresentava que 10,6% dos meninos e 5,4% das meninas “Estiveram envolvidos em briga na qual ao menos um dos envolvidos usou arma branca” e quanto ao uso de arma de fogo 7,9% dos meninos e 3,7% das meninas se envolveram em conflitos no qual alguém portava arma de fogo. Assim, os dados encontrados nesta tese e em outros trabalhos reverberam a necessidade do combate à violência escolar, que em seus formatos

mais graves podem promover massacres, como os vistos em Columbine, nos EUA, e, mais recentemente, no Brasil, como os casos de Realengo e do estudante de 14 anos que matou colegas em uma escola privada em Goiânia (MATOS, 2019).

Ainda que já se soubesse sobre a relação entre consumo de substâncias, porte de armas e bullying, este estudo é original por ter percebido associação destes fatores com a VPF. Conforme revisão de literatura de Matos (2019) no prelo sobre violência cometida por funcionários a estudantes, foram encontrados apenas cinco estudos que apontam os fatores de risco para esse tipo de violência. Ademais, neste estudo, a VPF foi entendida de modo amplo, para além da violência mais explícita (agressão física e verbal), incluindo-se a violência disfarçada por práticas educativas e a negligência diante da violência entre alunos.

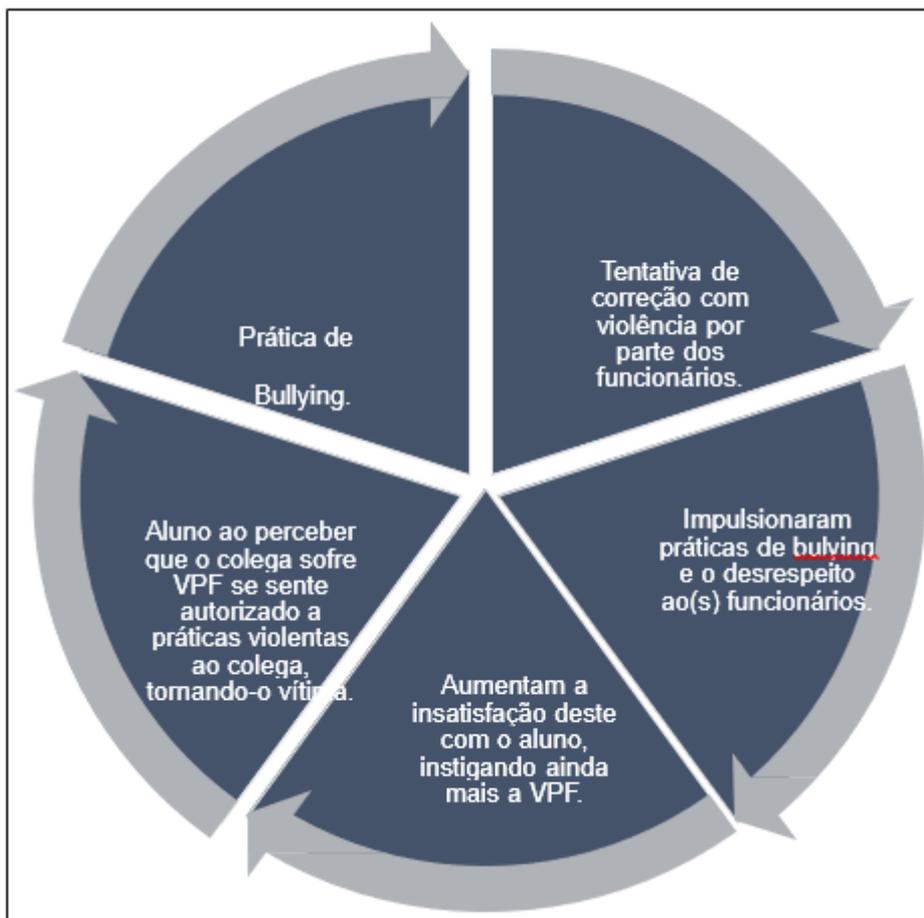
Notou-se que os fatores que mais contribuem para a VPF são ser vítima ou autor de bullying. Hipotetiza-se que isto ocorra da seguinte forma, conforme Figura 3: a) há uma forte associação entre ser vítima e ser autor, de modo que muitos alunos que são vítimas de algum(s) aluno(s) podem ser autores de bullying a outro(s) aluno(s), b) o(s) funcionário(s) podem acreditar que os alunos autores de bullying merecem ser punidos, seja na tentativa de correção/educação ou mesmo como modo de “fazer justiça”, de maneira que tanto podem empregar da violência explícita, da negligência ou de violência disfarçada de práticas educativas, c) ao sofrer VPF, o(s) aluno(s) se revoltam ainda mais diante das regras e objetivos escolares, impulsionando práticas de bullying e o desrespeito ao(s) funcionário(s), d) as práticas de bullying e o desrespeito ao(s) funcionários aumentam a insatisfação deste com o aluno, instigando ainda mais a VPF, e) os colegas do aluno ao perceber que o colega sofre VPF, podem se sentir no direito de vitimizá-lo, tornando-o vítima de bullying ou mesmo o mantendo enquanto vítima-autor.

Estas possíveis relações entre bullying e VPF deveriam ser consideradas em programas de prevenção e enfrentamento ao bullying, especialmente porque tais programas têm obtido pouco sucesso. De acordo com Evans, Fraser e Cotter (2014) somente cerca de 50% das intervenções notam diminuição significativa na vitimização por bullying e, aproximadamente, entre 15% a 16% de redução (GAFFNEY; FARRINGTON; TTOFI, 2019), sendo que seria importante haver estratégias para discutir com os funcionários o que fazem diante de alunos que praticam bullying, como se sentem e quando podem estar, ainda que de modo não tão consciente,

praticando negligência ou violência disfarçada de práticas educativas que poderiam retroagir estimulando o bullying.

Certamente, enfrentar situações de bullying pode ser extremamente desgastante, gerando reações emocionais de raiva, estresse e tristeza, o que implica na necessidade de mais apoio aos funcionários de escolas, de modo que estes consigam atuar de modo efetivo diante do bullying, diminuindo as chances de impulsionar o problema. De modo semelhante, Fox (2010) analisou respostas de professores e outros funcionários de escolas sobre violência, ao bullying e saúde mental nos EUA e notou que ao lidar com constantes conflitos e violência entre alunos, os professores podem ter sua saúde física e psicológica diminuída.

FIGURA 3 – GRÁFICO DO CICLO DE VIOLÊNCIA



Fonte: elaborado pelas autoras.

Ainda que os comportamentos de risco na escola tenham se relacionado de modo marginal com VPF, é importante que estudos futuros os considerem no

entendimento do fenômeno, especialmente buscando examinar em mais detalhes como estes participam da relação bidirecional entre aluno e funcionários. Os dados da presente investigação instigam algumas indagações a serem respondidas em outras pesquisas: a) o aluno que sofre violência disfarçada de práticas educativas consome álcool como estratégia de aliviar o impacto da violência sofrida?,

os funcionários se sentiriam mais autorizados à violência explícita diante do aluno que fuma?, diante de alunos que consomem drogas e portam armas brancas na escola, os funcionários teriam receio de praticar violência, de modo que há uma relação negativa entre estes fatores? e d) os alunos que levam arma de fogo à escola, não a mostram aos funcionários, mas são também os que praticam e sofrem bullying, de modo que haveria uma relação positiva entre carregar armas e sofrer violência explícita e negligência? Certamente, são urgentes estudos sobre as associações entre levar arma à escola, bullying e VPF, uma vez que são reais as tentativas de flexibilização do acesso ao porte de armas no Brasil, inclusive permitindo a prática de tiro por adolescentes de ao menos 14 anos em clubes de tiro, desde que com a autorização dos pais e acesso à munição e ao transporte de armas de fogo para atiradores esportivos, caçadores e colecionadores.

Ainda que não se saiba exatamente por que alguns comportamentos de risco tiveram influência positiva (fumar, portar armas de fogo) e outros negativa (usar drogas ilícitas e portar arma branca) em relação a alguns tipos de VPF, de modo geral, a regressão logística apontou fatores de risco condizentes com a literatura. Conforme Doumen *et al.* (2008) e Skalick *et al.* (2015) os alunos que apresentam comportamentos indesejados academicamente, como envolver-se como autor de bullying, usar drogas e portar armas, são mais propensos a vivenciarem conflitos com funcionários de escolas.

Por fim, quanto à idade e sexo, seja quando se analisou o escore total de VPF ou por tipo de VPF, estas não foram variáveis significativamente relevantes. Quanto ao sexo como fator de risco para VPF, a literatura a esse respeito apresenta dados contraditórios. Khoury-Kassabri (2009) aponta o sexo masculino como um fator de risco, enquanto que Stelko-Pereira, Santini e Williams (2011) indicaram o feminino, acredita-se que neste estudo o sexo não foi relevante para explicar a VPF, pois empregou-se de uma análise mais sofisticada, que considerou diversos fatores ao mesmo tempo.

Ainda que as variáveis elegidas para prever a VPF tenham sido suficientes para explicar 43% da variação de respostas quanto a ser ou não vítima, estudos futuros deveriam incluir outras variáveis. Por exemplo, seria interessante incluir a etnia e a orientação sexual dos alunos em análises futuras do fenômeno, uma vez que se sabe que negros e a população LGBTi costumam sofrer preconceitos na sociedade, o que pode adentrar também a relação aluno e funcionários de escolas.

Seria importante também incluir nas análises futuras se o aluno pratica violência a funcionário(s). Segundo Stelko-Pereira, Santini e Williams (2011):

Pode-se hipotetizar que o que ocorre no Brasil é uma violência mútua de alunos e funcionários, em que ora o aluno é vítima e ora é autor, de modo que não se trata tanto de uma diferença de estrutura física, como se a vítima fosse sempre o aluno. Por isto são necessários estudos que avaliem quanto e em quais condições os funcionários de escolas são agredidos fisicamente por alunos. (STELKO-PEREIRA; SANTINI; WILLIAMS, 2011, p. 586).

Para além de características do aluno, há variáveis da organização escolar e do sistema educativo que provavelmente influenciam na VPF e que não foram analisadas. No Brasil, hipotetiza-se que as condições de ensino nas escolas públicas (poucos funcionários em relação às demandas, escassos recursos materiais, formação docente insuficiente e não continuada), contribuem para ações violentas por parte de funcionários de escolas (MIGUEZ, 2018). Um dado marcante é que cerca de 10% das escolas públicas do Ensino Fundamental brasileiro não tem eletricidade, banheiro água ou saneamento básico adequados (CENSO ESCOLAR, 2018).

Este estudo apresenta algumas limitações. Embora tenha uma amostra expressiva de participantes, se limitou a estudantes de escola pública, sendo importante que estudos futuros incluam uma amostra maior e mais diversa, também com alunos de escolas particulares. O delineamento de coleta de dados foi transversal, de modo que não se pode pressupor causalidade entre variáveis independentes (características sociodemográficas, envolvimento em bullying e comportamentos de risco) e dependente (VPF). Apenas se empregou alunos como informantes, de modo que conforme já exposto por Stelko-Pereira, Santini e Williams (2011) ao analisarem punição corporal por funcionários de escolas, são importantes também coletar dados com funcionários, pais, em documentos e registros escolares, etc. Ainda que tenha estas limitações, há pontos positivos metodológicos que

merecem ser destacados. Os participantes eram de diferentes estados, a amostra total foi maior de mil participantes e os instrumentos elegidos apresentavam boas evidências de validade e de consistência interna.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar se violência cometida por funcionários se associa a sexo, idade, comportamento de risco dos estudantes e envolvimento em bullying. Notou-se que estar envolvido em bullying prediz VPF, seja a mais explícita, disfarçada por práticas educativas ou negligência diante de agressões entre alunos. Os resultados desta investigação chamam a atenção sobre a importância de mais estudos sobre o fenômeno, da necessidade de intervenções que busquem melhorar a relação entre funcionários e alunos, entendendo sempre está como bidirecional, e dentro de um contexto mais amplo, isto é, de políticas públicas que desprivilegiam as escolas públicas e de uma sociedade em que ainda prevalece o senso comum de “olho por olho, dente por dente” e da violência enquanto o caminho elegido para se “educar”.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Sylvania Suely Caribé de Araújo *et al.* Relação entre violência física, consumo de álcool e outras drogas e bullying entre adolescentes escolares brasileiros. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 9, p. 1725-1736, set. 2012.
- BORSA, J. C.; BANDEIRA, D. R. Adaptação transcultural do questionário de comportamentos agressivos e reativos entre pares no Brasil. *Psico-USF*, [s. l.], v. 19, n. 8, p. 287-296, ago. 2014.
- DOUMEN, S. *et al.* Reciprocal relations between teacher-child conflict and aggressive behavior in kindergarten: a three-wave longitudinal study. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, [s. l.], v. 37, n. 3, p. 588-599, mar. 2008.

EVANS, C. B.; FRASER, M. W.; COTTER, K. L. The effectiveness of school-based bullying prevention programs: a systematic review. *Aggression and Violent Behavior*, [s. l.], v. 19, n. 5, p. 532-544, maio 2014.

FARIA FILHO, L. M. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. cap. 7, p. 135-149.

GAFFNEY, H.; FARRINGTON, D. P.; TTOFI, M. M. Examining the effectiveness of school-bullying prevention intervention programs globally: a meta-analysis. *International Journal of Bullying Prevention*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 14-31, mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

KHOURY-KASSABRI, M. The relationship between staff maltreatment of students and bully-victim group membership. *Child Abuse and Neglect*, [s. l.], v. 33, n. 12, p. 914-923, dez. 2009.

KHOURY-KASSABRI, M.; ATTAR-SCHWARTZ, S.; ZUR, H. The likelihood of using corporal punishment by kindergarten teachers: the role of parent-teacher partnership attitudes, and religiosity. *Child Indicators Research*, [s. l.]: v. 7, n. 2, p. 369-386, fev. 2014.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. *Educ. Soc.*, [s. l.], v. 38, n. 139, p. 331-354, jan. 2017.

MARCOLINO, Emanuella de Castro *et al.* Bullying: prevalência e fatores associados à vitimização e à agressão no cotidiano escolar. *Texto contexto – enferm.*, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1-10, jan. 2018.

MATOS, K. J. N. *Associação da violência sexual na infância com qualidade de vida entre universitário*. 2015. 85 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Centro de

Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Relatório de monitoramento global da educação: responsabilização na educação – cumprir nossos compromissos*. Paris: UNESCO, 2017.

SILVA, M. A violência da escola na voz de futuros professores: uma probabilidade da produção da cultura da violência em ambientes escolares? *Educar em Revista*, Curitiba, v. 18, n. 9, p. 339-353, set. 2013.

SISTO, F. F.; RUEDA, F. J. M. Estudo sobre as relações entre autocontrole e traços de personalidade. *Psicol. Esc. Educ.*, Campinas, v. 12, n. 2, p. 369-280, dez. 2008.

SKALICKA, V. *et al.* Preschool-age problem behavior and teacher-child conflict in school: direct and moderation effects by preschool organization. *Child Dev.*, [s. l.], v. 86, n. 3, p. 955-964, mar. 2015.

SOUZA, A. C.; ALEXANDRE, N. M. C.; GUIRARDELLO, E. B. Propriedades psicométricas na avaliação de instrumentos: avaliação da confiabilidade e da validade. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, [s. l.], v. 26, n. 9, p. 649-659, set. 2017.

STELKO-PEREIRA, A. C.; ALBUQUERQUE, P. P.; WILLIAMS, L. C. A. Percepção de alunos sobre a atuação de funcionários escolares em situações de violência. *Revista Eletrônica de Educação*, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 376-391, fev. 2012.

STELKO-PEREIRA, A. C.; SANTINI, P. M.; WILLIAMS, L. C. A. Punição corporal aplicada por funcionários de duas escolas brasileiras. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 16, n. 4, p. 581-591, dez. 2011.

VALLE, J. E.; STELKO-PEREIRA, A. C.; SÁ, L. G. C.; WILLIAMS, L. C. A. Bullying, vitimização por funcionários e depressão: relações com o engajamento emocional escolar. *Psicol. Esc. Educ.*, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 436-473, mar. 2015.

WACHS, S. Moral disengagement and emotional and social difficulties in bullying and cyberbullying: differences by participant role. *Emotional and Behavioral Difficulties*, [s. l.], v. 17, n. 4, p. 347-360, dez. 2012.

## 5 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os resultados da tese evidenciaram que é essencial que a temática da VPF seja debatida entre profissionais de saúde, educação e sociedade, uma vez que é um fenômeno pouco reconhecido, pouco estudado, mas que ocorre, causa um impacto negativo de acordo com as vítimas e se associa ao importante problema do bullying. Este estudo contribui para que a violência de funcionários da escola a alunos perca seu caráter de mito e possa ser discutido. Além disso, é importante que estes debates não sejam a fim de culpabilizar os funcionários e sim destacar que ensinar não é tarefa simples, necessitando de formação continuada e recursos materiais adequados, com efetivo reconhecimento social, o qual se reflita também em salários justos. Ao se propor o cuidar da relação funcionários-alunos, investigando-a e buscando conhecer o que a afeta, permite-se que estudos futuros se conheça como aprimorá-la. Assim, esta tese está a promover saúde coletiva, atentando-se para alunos, professores e outros funcionários de escolas.

Mais especificamente, a revisão de literatura nacional e internacional sobre o tema realizada na etapa 1 definiu o que envolve a VPF, como esta vem sendo investigada, indicou uma estimativa de frequência e apontou a lacuna de investigações sobre o tema, inclusive apontando a carência de instrumentos específicos para mensurá-la. Já a etapa 2 propôs um instrumento para avaliar o problema, verificando bons índices de validade interna, a partir de análise fatorial exploratória e confirmatória, a qual confirmou três fatores (violência direta, negligência e violência disfarçada de prática educativas) e, também, boa precisão. A existência de um instrumento que realmente meça o que se pretende medir e seja confiável é essencial para o avanço em uma nova área de estudo, como a da VPF.

Na etapa 3, empregando-se o instrumento analisado, constatou-se uma prevalência significativa de VPF, principalmente a relacionada à negligência diante de situações de violência entre pares, estando em torno de 22%. Assim, é urgente a necessidade de se expor o tema nos campos profissionais da saúde e educação, envolvendo psicólogos, enfermeiros, pediatras, professores, diretores, gestores da saúde e educação sobre como articular saberes e práticas a evitar que o problema ocorra e dirimir suas consequências, percebendo não apenas o aluno, quanto também os funcionários das escolas.

O terceiro estudo permitiu conhecer algumas variáveis que tem relação

com a vitimização por funcionários, destacando-se a experiência de envolvimento em bullying. Certamente, o tema bullying já vem sendo bastante estudado nacionalmente e internacionalmente, porém esta tese enfatiza a necessidade de planejar intervenções para enfrentá-lo, considerando também as interrelações entre bullying e VPF.

Por fim, ainda que não tivesse sido um dos objetivos da tese, na etapa 2, se destacou a prevalência encontrada de 2.2% (35) de alunos que admitiram ter levado armas brancas ou de fogo à escola em algum momento dos 6 meses anteriores ao estudo. Assim, é evidente que a flexibilização no acesso as armas, conforme vem sendo proposto no decreto assinado no Diário Oficial da União no dia 7 de maio de 2019, pode aumentar ainda mais este problema, bem como as chances de desastres como ocorridos em Realengo em 2011 e Suzano em 2019.

A investigação desta tese tem como limitações. Na etapa 1, de revisão de literatura a inclusão apenas de textos em inglês ou português, a realização da busca apenas no periódico Capes e a utilização de apenas cinco descritores para a busca. Na etapa 2 ainda é necessária a aplicação da escala em diferentes populações e contextos, no sentido de confirmar os valores psicométricos, e a partir de outros parâmetros, como teste-reteste e validade convergente e divergente. Na etapa 3 o estudo se limitou a estudantes de escola pública, sendo importante em estudos futuros incluam uma amostra maior e mais diversa. Já a limitação desse estudo como um todo foi a não realização do estudo em escolas privadas que nos permitiria analisar o panorama da VPF de forma mais ampla e não utilização de instrumentos qualitativos. Ainda que tenha tido estas limitações, esta tese faz parte dos estudos pioneiros sobre o problema, inovando em um formato pluridisciplinar no qual houve parceria com pesquisadores de diversas e importantes cidades do Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, C. D.; ASSIS, S. G. A. A (in)visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 5, p. 843-854, maio 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização de Alexandre de Moraes. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- CAMPOS, N. M. A. S. A. As relações professor/aluno na era das novas tecnologias da informação e comunicação. **Impulso**, Piracicaba, v. 23, n. 57, p. 131-136, jan. 2013.
- DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 10, p. 1163-1178, out. 2006.
- GIORDANI, J. P.; SEFFNER, F.; DELL'AGLIO, D. D. Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 103-111, abr. 2017.
- LEE, J. H. Prevalence and predictors of self-reported student maltreatment by teachers in south korea. **Child Abuse and Neglect**, [s. l.], v. 46, n. 3, p. 113-120, mar. 2015.
- LEME, M. I. S.; CARVALHO, A. M. Opinião dos professores e resolução de conflitos por pré-adolescentes. **Nuances: estudos sobre educação**, Marília, v. 23, n. 24, p. 55-77, jan. 2012.
- MERCY, J. A. *et al.* Public health policy for preventing violence. **Health Affairs**, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 7-29, abr. 1993.
- NUNES, E. D. Saúde coletiva: história de uma ideia e de um conceito. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 5-21, jan. 1994.
- PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. Saúde coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 32, n. 8, p. 299-316, ago. 1998.
- SANTOS, R. F. M. **Violência escolar e as relações de poder entre professores e estudantes**: uma análise em escolas estaduais de ensino médio de Ribeirão Preto/SP. 186 f. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2017.
- SILVEIRA, K. A.; ENUM, S. R. F.; BATISTA, E. P. Indicadores de estresse e estratégias de enfrentamento em professores de ensino multisseriado. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 18, n. 12, p. 457-165, dez. 2014.
- STELKO-PEREIRA, A. C.; WILLIAMS, L. C. A. Reflexões sobre o conceito de

violência escolar e a busca por uma definição abrangente. **Temas em Psicologia**,  
Ribeirão Preto, v. 18, n. 10, p. 45-55, out. 2010.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Tabela de características gerais dos estudos revisados, organizados por ano de publicação

**Tabela 5 – Características gerais dos estudos revisados, organizados por ano de publicação.**

Autor	Ano	Revista	Tipo de estudo	Local	Tamanho da amostra	Informante	Principais Achados
Stelko-Pereira	2011	Psicologia em Estudo	Transversal	Brasil	396	Estudantes	Estatisticamente, os alunos que foram vítimas de agressões físicas por funcionários tiveram maior escore depressivo.
Brendgen	2007	Journal of Education Psychology	Longitudinal	Canadá	399	Estudantes	O abuso verbal pelo professor estava positivamente relacionado ao comportamento antissocial e negativamente relacionado ao desempenho escolar.
Ji Kang Chen	2011	Child Abuse e Neglect	Transversal	Taiwan	1376	Estudantes	26,9% dos alunos relataram ter sido maltratados pelos professores pelo menos 1 vez no semestre anterior e os estudantes mais vulneráveis eram meninos e estudantes de último ano.
Cheng-Fang Ye	2015	Child Psychiatry Hum De	Transversal	Taiwan	6160	Estudantes	Os resultados indicaram que os adolescentes que relataram abuso físico de crianças e assédio de professores eram mais propensos a ser vítimas de bullying.
Rami Benbenisht	2002	Child Abuse e Neglect	Transversal	Israel	10410	Estudantes	Quase um quarto de todas as crianças que participaram deste estudo relataram ter sido maltratado emocionalmente por um membro da equipe, quase um quinto (18,7%) relatou ser vítima de pelo menos um tipo de maus-tratos físicos e 8,2% relataram pelo menos uma Comportamentos inadequados por parte de um funcionário.
Ji-Kang Chen	2011	Soc Indic Res	Transversal	Taiwan	1376	Estudantes	Os maus-tratos dos alunos pelos professores não foram associados nem a depressão nem a autoestima.
Doumen	2008	Journal of Clinical Child e Adolescent Psychology	Longitudinal	Bélgica / Holanda	212/33	Estudantes / professoras	O conflito professor-aluno estava positivamente relacionado com o comportamento agressivo da criança
Devries	2015	Lancet Glob Health	Interventivo	Uganda	405	Estudantes	O Good School Toolkit é uma intervenção eficaz para reduzir a violência contra as crianças na escola.

Autor	Ano	Revista	Tipo de estudo	Local	Tamanho da amostra	Informante	Principais Achados
Troop-Gordon	2015	J Abnorm Child Psychol	Longitudinal	EUA	444/170	Estudantes / professores	Havia ligações específicas entre as crenças e estratégias dos professores e os níveis de agressividade na sala de aula e a vitimização dos pares no outono e na primavera, bem como as mudanças no comportamento agressivo dos alunos e na vitimização ao longo do ano letivo.
Whitted	2008	Education and Urban Society	Qualitativo	EUA	50	Estudantes	Dos entrevistados, 86% relataram pelo menos um incidente de maus-tratos físicos na escola e 88% relataram pelo menos um incidente de maus-tratos psicológicos na escola. Quase duas vezes mais estudantes relataram que um adulto, em vez de um par, estava envolvido em sua pior experiência escolar (64,4%), com vários alunos indicando que a pior experiência escolar envolvida foi maltratada fisicamente por um adulto.
Skalicka	2015	International Journal of B. Development	Longitudinal	Noruega	2.475/795	Estudantes / pais	O conflito professor-aluno era preditivo de comportamentos externalizante, bem como das habilidades sociais posteriores.
Rami Benbenishty	2002	Child Abuse e Neglect	Transversal	Israel	5472	Estudantes	Os grupos mais vulneráveis de maus-tratos eram os homens, estudantes de escolas árabes e estudantes de escolas com alta porcentagem de estudantes de famílias de baixa renda e baixa escolaridade.
Khoury-Kassabri	2009	Child Abuse e Neglect	Transversal	Israel	16604	Estudantes	As vítimas de intimidação relataram um número significativamente maior de maus-tratos dos profissionais.
Khoury-Kassabri	2014	Child Ind Res	Transversal	Israel	86	Professores	Mais de um quarto dos professores (27,9%) relataram que é provável que usarão pelo menos um dos atos de punição corporal listados no questionário com as crianças quando se comportavam mal. A relação pais-professores foi associada negativamente com o uso de punição corporal pelos professores.
Monsvold	2011	Inform Healthcare	Transversal	Noruega	116	Pacientes Psiquiátricos	Os pacientes com depressão relataram bullying estatisticamente significativamente mais semanal ou diário do professor, tanto na escola primária, e no ensino secundário.
Khoury-Kassabri	2008	Agressive behavior	Longitudinal	Israel	81223	Estudantes	Vitimização emocional foi bastante comum (por exemplo, em 2005 28,3% relataram pelo menos um tipo de vitimização). A vitimização física e sexual foi menos frequente (por exemplo, em 2005, 14,9% referiram vitimização física e 7,6% referiram vitimização sexual).

Autor	Ano	Revista	Tipo de estudo	Local	Tamanho da amostra	Informante	Principais Achados
Khoury-Kassabri	2006	Child Abuse e Neglect	Transversal	Israel	17465	Estudantes	Os estudantes mais vulneráveis eram meninos, crianças árabes e crianças em escolas em bairros de maior vulnerabilidade social.
Louise Knight	2016	Int Health	Transversal	Uganda	3706	Estudantes	As escolas com maior proporção de meninas estão associadas a maiores probabilidades de violência física por parte dos profissionais.
Molina	2016	Psychology in the Schools	Multinível	Espanha	1864/94	Estudantes	A agressão direta e indireta do professor para o aluno foi associada ao aumento da vitimização por bullying.
Berry	2012	Psychology	Longitudinal	EUA	1364	Estudantes/mães/- professoras	Os níveis de conflito professor-criança mostram relações recíprocas.
Lee	2015	Child Abuse e Neglect	Transversal	Coreia do Sul	1777	Estudantes	A análise de regressão hierárquica mostrou que gênero, status econômico familiar, desempenho e os relacionamentos entre alunos e professores foram preditores de maus-tratos pelos professores.
Wei	2010	Children and Youth Services Review	Transversal	Taiwan	1772	Estudantes	Maus tratos infligidos aos estudantes por professores foram associados ao bullying.
Hassabdra	2007	The Physical Education	Transversal	Grécia	429	Estudantes	Há uma relação positiva significativa entre a agressão verbal dos professores e os comportamentos Antissociais.
Scarlatto	2010	Revista do Laboratório de Estudos da violência da UNESP -Marilia	Revisão	Brasil	32	Estudos	Indicam que professores também são protagonistas de violência contra os seus alunos e que em geral eles não estão preparados para combater o fenômeno.
Silva	2009	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	Revisão	Brasil	NM	Estudos	Destaca a importância da literatura para a formação de professores para compreender a violência e poder assim, desenvolver instrumentos cognitivos e relacionais eficazes no enfrentamento da violência escolar.

Nota – NM: Não menciona.

Fonte – Elaborado pelo autor

## APÊNDICE B – Tabela de descrição dos instrumentos de aferição de violência por funcionário da escola

**Tabela 6 – Descrição dos instrumentos de aferição de violência por funcionário da escola.**

Artigo (Autor-Ano)	Nome	Autor	Pais do Estudo	Total de Itens	Itens Vp	Exemplos de Perguntas	Escala
Cheng-Fang Yen, 2015	Versão em Chinês do Questionário de Experiência de Bullying Escolar (C-SBEQ)	NM	China	16	2	Você já foi atingido, bofetadas, chutes ou ferido fisicamente por algum funcionário da escola?	Dicotômica: Sim ou não
Stelko-Pereira, 2011	Questionário de Investigação de Prevalência de Violência Escolar	Stelko-Pereira, Williams & Freitas, 2010	Brasil	51	1	Alguma vez, nos últimos seis meses, você foi agredido fisicamente por funcionários da escola? Quantas vezes?	Likert de cinco pontos
Doumen, 2008 e Skalicka, 2015	Student-Teacher Relationship Scale	STRS, Pianta, 2001	Bélgica e Noruega	12	2	Escolha três imagens de crianças (a) que muitas vezes discutem com o professor e (b) com quem o professor muitas vezes se irrita".	Likert de 5 pontos variando de 1 (definitivamente não se aplica), 2 (não realmente), 3 (Neutro, não tenho certeza), 4 (Aplica-se um pouco) e 5 (definitivamente aplica-se)
Devrie, 2015	Good School Toolkit	NM	Uganda	NM	NM	Trata-se de uma intervenção de prevenção à violência do professor.	Likert com as opções de resposta de "muitas vezes", "às vezes", "nunca" e "não no ano passado, mas isso aconteceu".
Mara Brendgen, 2007	NM	Olweus	Noruega	NM	NM	Em relação ao abuso verbal do professor, pediu-se às crianças que circundassem as fotos (ou nomes) de até três alunos "que sempre são escolhidos pelo professor". Esta formulação assemelha-se àquela usada para avaliar o abuso verbal por pares com este.	

Artigo (Autor-Ano)	Nome	Autor	Pais do Estudo	Total de Itens	Itens Vp	Exemplos de Perguntas	Escala
Chen, 2011 / Mona Khoury-Kassabri, 2006 / Benbenishty, 2002	California School Climate Survey (CSCSS)	Furlong, 1999	China EUA Israel Israel	69	6	"Os professores te deram tapas"; "Professores te xingaram"; e "Os professores tocaram / beijaram ou tentaram tocar / beijar de uma maneira sexual."	Likert de 5 pontos (0 = nunca, 1 = 1-2 vezes, 2 = 3-4 vezes, 3 = 5-6 vezes e 4 = 7 vezes ou mais)
Ji-Kang Chen, 2011	Student maltreatment by teachers	Chen & Astor, 2010; Wu, Lee, Yin & Hu, 2000	China	NM	6	"Meu professor muitas vezes tem exigências irracionais de mim; "Meu professor está impaciente comigo"; "Meu professor desconfia de mim.	Likert de 4 pontos de 1 = discordo totalmente de 4 = fortemente de acordo.
Doumen, 2011	Escala de Relacionamento Aluno-Professor	Koomen, Verschueren & Pianta, 2007	NM	11	11	Escala respondida pelo professor: "Esta criança e eu parecemos estar lutando"	Likert de 5 pontos variando de 1 (definitivamente não se aplica) a 5 (aplica-se definitivamente)
Whited, 2008	Student Alienation and Trauma Survey	Hyman & Snook, 2002	EUA	47	13	"Um adulto na escola me deu um tapa." Os alunos foram solicitados a indicar a extensão em que eles experimentaram esse evento.	Likert não aconteceu, aconteceu uma vez, aconteceu 2-3 vezes, ou aconteceu 4 ou mais vezes.
Khoury-Kassabri, 2008	Student victimization by school staff	Khoury-Kassabri, 2006	Israel	NM	NM	"se um membro da equipe zombou, insultou ou humilhou o aluno durante o último mês."	A escala foi dicotômica, 1 = sim, 2 = não.
Khoury-Kassabri, 2014	Attitudes Toward the use of Corporal Punishment to Discipline Children	Khoury-Kassabri, 2012	Israel	9	9	Os comportamentos listados foram bater a criança na mão ou na nádega; Beliscar ou puxar a orelha da criança; Sacudir a criança para obter sua atenção; Agarrar a criança.	Likert de 5 pontos que varia de 0 (não é provável) a 5 (muito provável).
Monsvold, 2011	NM	Olweus D.	Noruega	NM	NM	As questões basearam-se unicamente na auto-nomeação como ter sido "vitimado por um professor" e "vitimado por vários professores".	
Monsvold, 2011	NM	Olweus D.	Noruega	NM	NM	Duas perguntas introdutórias sobre sua exposição ao professor bullying na escola primária	"não intimidado por professor", "intimidado por um professor" e "intimidado por vários professores"

Artigo (Autor-Ano)	Nome	Autor	Pais do Estudo	Total de Itens	Itens Vp	Exemplos de Perguntas	Escala
Mona Khoury-Kassabri, 2009	Student maltreatment by school staff.	NM	Israel	8	4	Os alunos foram apresentados com uma série de situações de violência e foram solicitados a indicar se foram vítimas destas por um membro da equipe (professor, diretor, secretário, zelador, etc.) durante o último mês. Estas situações envolviam violência verbal, física e sexual no último mês.	escala dicotômica, sim e não
Mona Khoury-Kassabri, 2006	Student-teacher relationships	Furlong et al., 2005	Israel	NM	NM	Os alunos foram convidados a avaliar o seu nível de acordo com seis declarações que descrevem seus relacionamentos com seus professores.	
Knigh, 2016	International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect Child Abuse Screening Tool-Child Institutional (ICAST-CI) Problematic	NM	Uganda	NM	NM	NM	NM
Molina, 2015	student-teacher relationships	NM	Espanha	30	10	“minha professora ignora-me”	Likert de 4 pontos de 1 (nunca) a 4 (muitas vezes)
Lee, 2015	Student-Teacher Relationship	Zullig, Koopman, Patton e Ubbes, 2010	Correia do Sul	NM	NM	"Meus professores me faz sentir bem comigo mesmo"	Likert de cinco pontos de 1 (quase nunca) a 5 (quase sempre)
Hassandra, 2007	Verbal Aggression Scale	Infante e Wigley, 1986	Grécia	14	7	"Quando os alunos se recusam a fazer uma atividade importante da aula de educação física os professores insultam os alunos"	Likert 1 (quase nunca) a 7 (quase sempre).

Nota – NM: Não menciona.

Fonte – Elaborado pelo autor